



PROGRAMA
Mais MT

PLANO DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS (PEPI)

(Apresentado ao Banco Mundial como parte do Projeto Aprendizado Digital, Inclusivo e Sustentável do Mato Grosso)

Outubro de 2022



EQUIPE

Versão preliminar para consulta

APRESENTAÇÃO

Este documento apresenta o Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI) do Projeto de Aprendizado Digital, Inclusivo e Sustentável do Mato Grosso – PADIS MT, elaborado com base nas orientações e informações compartilhadas pela Equipe do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e por meio de dados secundários e primários referentes aos aspectos socioambientais dos municípios onde serão implantadas as iniciativas do Projeto.

Versão preliminar para consulta

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	3
1. INTRODUÇÃO	6
1.1. CONTEXTO	7
1.2. OBJETIVOS	8
1.2.1 Objetivo geral	8
1.2.2 Objetivos Específicos	8
1.3 Componentes	8
1.4. Plano de Envolvimento de Partes Interessadas	11
2. IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES INTERESSADAS	12
2.1. Conceito	12
2.2 Metodologia	13
2.3 Partes Interessadas	13
2.4 Indivíduos e Grupos Desfavorecidos ou Vulneráveis	18
3 ENVOLVIMENTO NA PREPARAÇÃO DO PROJETO	20
3.2 Antecedentes do Envolvimento	21
3.3 Consulta Pública	26
3.3.1 Publicação	26
3.3.2 Consulta Direta	26
3.3.3 Divulgação da Consulta Pública	27
3.4 Devolutivas	27
4 ENVOLVIMENTO DURANTE O PROJETO	28
4.2 Princípios	28
4.3 Meios de Comunicação, Divulgação e Envolvimento das Partes Interessadas	29
4.2.2 Estratégia proposta para divulgação de informações	29
4.2.3 Estratégia de engajamento das partes.	29
4.2.2 Engajamento de Grupos Vulneráveis	37
4.2.3 Acompanhamento, controle e monitoramento da divulgação	41
5. RECURSOS E RESPONSABILIDADES	41

5.1	Recursos	41
5.2	Funções e responsabilidades de gestão	41
6.	MECANISMO DE QUEIXAS	42
6.1	Publicização	42
6.2	Descrição do Mecanismo de QUEIXAS	43
6.3	Processo de Gestão e Monitoramento	44
6.3.1	Prazo de Resposta	45
6.3.2	Verificação	45
6.3.3	Gestão	45
6.4	Procedimentos Especiais	45
6.5	Mecanismos de Reclamação do BIRD	48
7.	MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E RELATÓRIOS	49
7.1.	Monitoramento e avaliação	49
7.2.	Participação das partes interessadas	49
7.3.	Indicadores	49
7.4.	Relatórios	50
7.4.1.	Apresentação de relatório às partes interessadas	50

Versão preliminar para consulta

1. INTRODUÇÃO

O Projeto Aprendizado Digital, Inclusivo e Sustentável do Mato Grosso – PADIS MT tem o objetivo de melhorar as aprendizagens para todos com escolas digitais, inclusivas e seguras.

Conforme estabelecido pela constituição brasileira, o estado de Mato Grosso (MT) e seus 141 municípios compartilham a responsabilidade pela administração da educação à sua população. A oferta de educação infantil (EI) é de responsabilidade exclusiva dos municípios e a oferta do ensino fundamental e médio é uma responsabilidade compartilhada entre os municípios e o estado. Os municípios geralmente seguem as políticas federais e estaduais e recebem transferências fiscais, vinculadas e não vinculadas à prestação e desempenho de serviços específicos.

O sistema público de ensino em MT reflete a diversidade geográfica, étnica e cultural do estado, com escolas nas áreas rural, indígena e quilombola representando 28% e 37% das redes estaduais e municipais, respectivamente, cobrindo 14% de matrícula do setor público. A rede estadual beneficia um grupo grande e diversificado de alunos do ensino fundamental e médio, mas uma importante reforma redistribuirá alunos (e professores) entre escolas estaduais e municipais. Um ato executivo aprovado no MT em 2020 estabelece a transferência gradual do ensino fundamental para a rede municipal e do ensino médio para a rede estadual até 2027. Em alguns municípios essa transferência de responsabilidade demandará significativo esforço, uma vez que o total de alunos matriculados no ensino fundamental está atualmente sob a provisão do Estado. Além disso, o processo de descentralização envolve mudanças na alocação de professores e um aumento na oferta dos anos finais do ensino fundamental. Atualmente, 3.714 professores estaduais estão trabalhando nas séries iniciais. Após a conclusão desse processo, todas as escolas que atendam a educação infantil e as séries iniciais do ensino fundamental estarão sob a administração dos municípios e o ensino médio e o ensino superior serão administrados pelo estado. Essa reforma está alinhada com o sistema nacional de financiamento da educação que criou incentivos para a separação de responsabilidades por meio do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB¹).

¹ O FUNDEB é a principal fonte de financiamento da educação pública pré-universitária e um importante incentivo para que os sistemas escolares ampliem as matrículas. Recentemente, a emenda da Constituição brasileira (Emenda Constitucional 108/2020, EC108) aumentou a contribuição federal ao FUNDEB e estabeleceu um componente de financiamento baseado em resultados. A EC108 introduziu mudanças para promover a equidade regional, pois 10,5 pontos percentuais dos recursos federais adicionais são repassados para as redes municipais e estaduais de ensino com o menor gasto por aluno, e não por estado. A mudança beneficia significativamente os sistemas municipais subfinanciados, incentiva a expansão das matrículas e promove a cooperação entre os governos federal, estadual e municipal para implementar políticas educacionais para reverter as perdas de aprendizado e aumentar a eficiência dos gastos. Essa legislação também alterou a distribuição do principal imposto estadual sobre vendas (ICMS) aos municípios, promovendo a cooperação para a implementação de políticas estaduais e nacionais de educação.

1.1. CONTEXTO

O sistema de ensino do Mato Grosso inclui uma grande parcela de matrículas na rede pública. MT tem 2.698 escolas com 46.175 professores e 790.567 alunos do pré-escolar ao ensino médio. Os setores municipal e estadual respondem por 47% e 40% das matrículas, respectivamente. O setor privado matricula 11% e o federal apenas 1% dos alunos em MT. A matrícula no ensino médio está em grande parte sob a responsabilidade da Secretaria de Estado de Educação (SEDUC), cobrindo 85% das matrículas nesse nível (119.594 alunos). Os municípios oferecem Educação Infantil para 88% das matrículas entre crianças menores de cinco anos (153.196 alunos).

Tabela 1: Número de escolas, alunos e professores por setor, MT, 2020

Setor	Escolas		Alunos		Professores	
Municipal	1.498	56%	375.349	47%	21.813	47%
Estado	767	28%	318.911	40%	17.284	37%
Privado	414	15%	87.976	11%	6.157	13%
Federal	19	1%	8.331	1%	921	2%
Total	2.698	100%	790.567	100%	46.175	100%

Fonte: Censo da Educação, INEP, 2020

Apesar dos investimentos consideráveis em educação nos últimos anos, os resultados de aprendizagem já eram fracos em MT antes da pandemia, mesmo quando comparados à média nacional. Em 2021, o investimento por aluno em MT foi em média R\$ 4.994,34 por ano, maior que o estado mais rico do Brasil, São Paulo, que gastou R\$ 4.138,64. Apesar desse alto investimento, de acordo com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica de 2019 (SAEB), os níveis de resultados de aprendizagem em português e matemática para o ensino fundamental e médio em MT são os mais baixos do Região Centro-Oeste e abaixo da média nacional. Os resultados da rede estadual no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) 2019 estavam estagnados, com 43% das escolas não atingindo a meta nem melhorando as notas do IDEB. Além disso, existem várias desigualdades de aprendizagem dentro do estado. Os resultados do SAEB em MT mostram que a rede estadual tem desempenho em média inferior à rede municipal e que a lacuna de desempenho urbano-rural é significativa. Os níveis de aprendizagem também são significativamente mais baixos nas séries superiores, com muitos alunos no nível zero da escala de proficiência do SAEB em português e matemática no 9º ano, principalmente nas áreas rurais.

A SEDUC elaborou o Plano de Recomposição de Aprendizagem para mitigar o impacto do COVID-19 com base em atividades de aprendizagem corretiva nos Laboratórios de Aprendizagem das escolas. A

cooperação com os municípios é essencial para implementar uma estratégia de recomposição e aceleração da aprendizagem começando na pré-escola e com foco nas habilidades fundamentais de alfabetização e numeramento. As evidências do Ceará mostram que os mecanismos de incentivo podem levar a melhorias rápidas na qualidade do serviço das escolas municipais se combinados com assistência técnica abrangente e solidária. A SEDUC de MT está fazendo um esforço nesse sentido, (i) implementando medidas como o programa Alfabetiza MT baseado no modelo cearense e em colaboração com a ONG Partnership for Literacy in Collaboration Scheme (Parceria pela Alfabetização em Regime de Colaboração, PARC); (ii) desenvolvendo incentivos (recompensas financeiras e sociais) para uma boa gestão pedagógica para os professores com melhor desempenho e suas respectivas escolas; (iii) aprovando um ato executivo para organizar o nível regional de governança da SEDUC para fomentar a colaboração com os municípios e escolas estaduais; e (iv) aprovando a regulamentação do mecanismo de repasse baseado em resultados do ICMS. Os próximos anos serão cruciais para consolidar a implementação desse arranjo institucional para garantir melhorias e eficiência do aprendizado.

1.2. OBJETIVOS

1.2.1 OBJETIVO GERAL

Apoiar o Estado de Mato Grosso a melhorar o ambiente de aprendizado das escolas, as práticas de ensino e as competências digitais.

1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Os objetivos específicos do PADIS MT proposto são:

- Redução da desigualdade de aprendizagem;
- Reduzir o abandono e evasão escolar
- Aumentar a taxa de conclusão no Ensino Médio;
- Desenvolvimento de competências digitais para professores e estudantes com uso efetivo de tecnologia nas escolas estaduais para apoio à redução da pobreza de aprendizagem;
- Melhorar o Ambiente escolar para promover a aprendizagem dos estudantes e a resiliência ambiental das escolas;

1.3 COMPONENTES

A seguir serão apresentados resumidamente os componentes e subcomponentes que foram planejados no PADIS. As ações a serem financiadas e implementadas estão organizadas nos componentes e subcomponentes a seguir:

Tabela 02. Componentes e subcomponentes do PADIS MT

SUBCOMPONENTES	DESCRIÇÃO SUCINTA
<p>Componente 1 - Fortalecer Intervenções Pedagógicas e de Gestão para a Recomposição da Aprendizagem.</p> <p>O componente 1 visa apoiar o desenvolvimento e implementação de intervenções pedagógicas e de gestão educacional para abordar a recomposição e aceleração da aprendizagem de alunos. O objetivo deste componente é apoiar a SEDUC na recomposição da crise de Covid-19 e acelerar a aprendizagem apoiando estratégias interligadas e baseadas em evidências a partir da (i) promoção de sinergias com as atuais atividades de formação de professores e materiais personalizados de aprendizagem da SEDUC, (ii) desenvolvimento de uma colaboração entre a esfera federal e estadual para promover o uso e adaptação do programa Acompanhamento Personalizado das Aprendizagens (APA) e do Sistema de Alerta Preventivo do Abandono e Evasão Escolar (SAPAE) e (iii) do foco em escolas vulneráveis, visando reduzir as desigualdades entre os municípios.</p> <p>O componente prevê: (i) o desenho de intervenções pedagógicas adaptadas às lacunas de aprendizagem específicas para alunos, incluindo aqueles em risco de abandono escolar, com o intuito de criar uma abordagem abrangente a nível escolar para fortalecer as atividades dos Laboratórios de Aprendizagem; (ii) o desenvolvimento de um programa de Desenvolvimento Profissional de Professores para fomentar melhores técnicas pedagógicas que promovam a recomposição da aprendizagem; e (iii) apoio à implementação de incentivos e de um sistema colaborativo entre a SEDUC e os municípios do Mato Grosso a partir do fortalecimento de políticas para melhorar a gestão escolar, seleção de diretores e professores e prestação de contas.</p>	
<p>1.1: Promover a aceleração da recomposição das aprendizagens.</p>	<ul style="list-style-type: none"> i. Implementar estratégias de tutoria personalizada de aprendizagem; recomposição de aprendizagem e de aprendizagem híbrida por meio da melhoria dos Laboratórios de Aprendizagem ii. Desenvolver um Sistema de Alerta de Prevenção do Abandono escolar, considerando questões de gênero, violência escolar, gravidez na adolescência e outros fatores iii. Implementação de um Programa de Desenvolvimento Profissional para Professores
<p>1.2 Promover um Sistema de Cooperação e a eficiência de custos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> i. Fortalecer políticas para melhorar a gestão escolar, descentralização, a seleção de professores e diretores, e mecanismos de responsabilização e valorização ii. Apoiar a aplicação de incentivos e assistência técnica do programa de alfabetização nos anos iniciais do EF dos municípios
<p>Componente 2 - Transformar a Infraestrutura Digital</p> <p>O componente 2 melhoraria a infraestrutura digital da SEDUC e das escolas estaduais para modernizar a gestão do sistema educacional e melhorar as condições digitais de ensino e aprendizagem. Este Componente se concentrará no uso de dados geoespaciais e na promoção da melhoria da conectividade escolar e da disponibilidade de tecnologia, além de oferecer treinamentos específicos para aprimorar as habilidades digitais de professores e alunos.</p>	
<p>2.1. Desenvolver e implementar um Sistema de Gestão Digital</p>	<p>Gestão e Informação da Educação (EMIS), que permita a gestão da manutenção das escolas, que contenha um sistema de alerta para prevenção do abandono escolar e que permita a utilização de dados</p>

SUBCOMPONENTES	DESCRIÇÃO SUCINTA
	geo-espaciais para melhorar as matrículas, o recrutamento e atribuição de professores, e as rotas do transporte escolar.
2.2. Promover a conectividade nas escolas e competências digitais	<ul style="list-style-type: none"> i. Apoiar a utilização da infraestrutura digital (wifi, internet) e dispositivos (laptops, chromebooks, etc.) instalados nas escolas e o acesso a conteúdos digitais por professores e estudantes ii. Desenvolver as competências digitais de professores e estudantes (ensino fundamental e médio). iii. Promover a conectividade adequada nas escolas e a eliminação ecológica dos dispositivos
Componente 3 - Criar Escolas Sustentáveis, Resilientes, Inclusivas e Seguras	
<p>O Componente 3 apoia a reabilitação da infraestrutura escolar e estratégias complementares para promover ambientes de aprendizagem mais seguros, inclusivos, sustentáveis e resilientes. Este componente visa apoiar a SEDUC no desenvolvimento e melhora dos ambientes escolares para a recomposição e aceleração do aprendizado, assim como aumentar a resiliência a futuras crises e impactos das mudanças climáticas. Os investimentos em infraestrutura apoiarão a construção de soluções energeticamente eficientes, garantirão o acesso ao abastecimento de água e sistemas de gestão de resíduos, além de melhorar a infraestrutura WASH. Além disso, o componente garantirá a infraestrutura adequada para alunos do público-alvo da educação especial e melhorias na infraestrutura das escolas indígenas e quilombolas. Além disso, o componente fornecerá estratégias complementares para ajudar alunos e professores a desenvolverem uma maior conscientização sobre as mudanças climáticas e sobre como se adaptar e mitigar seus impactos, e para proteger melhor alunos vulneráveis por meio de um programa de prevenção de violência.</p>	
3.1 Reformar e manter a infraestrutura segura, inclusiva, sustentável e resiliente.	<ul style="list-style-type: none"> i. Reformar ou reconstruir escolas com soluções eficientes de energia; resiliente a incêndios e enchentes; com infraestrutura sanitária (WASH) adequada; e acessível a todos estudantes e professores, ii. Realizar manutenções nas escolas e desenvolver um Sistema de Gestão de Manutenção Escolar
3.2 Promover a prevenção da violência escolar e a inclusão na escola	<ul style="list-style-type: none"> i. Implementar o Plano de Prevenção de Violência nas escolas, incluindo o enfrentamento de violência baseada em gênero. ii. Apoiar as estratégias de recomposição de aprendizagens culturalmente adequadas para alunos das escolas Indígenas e Quilombolas. iii. Adequar o ambiente escolar para o atendimento educacional especializado de alunos público-alvo da educação especial.
Componente 4: Gerenciamento, Monitoramento e Avaliação de Projetos	
<p>O Componente 4 apoiará a coordenação do Projeto, capacitação da SEDUC e a implementação das atividades de Monitoramento e Avaliação (M&A). Uma Unidade de Gerenciamento de Projetos (UGP) será estabelecida sob este componente para realizar a coordenação do Projeto, e incluirá gerenciamento de projetos, aquisições, gestão financeira, M&A e gestão ambiental e social. A capacitação será fornecida à SEDUC e às equipes da rede municipal para que possam desenvolver e coordenar as principais atividades do Projeto.</p>	
4.1 Coordenação do Projeto	<p>O principal objetivo deste subcomponente é apoiar a SEDUC na coordenação efetiva do Projeto. O subcomponente financiará: (i) os custos operacionais, equipamentos básicos e bens e materiais da UGP; (ii) implantação do Sistema de Avaliação de Riscos de Governança (software e protocolos) para identificação de possíveis fraudes nos gastos públicos e</p>

SUBCOMPONENTES	DESCRIÇÃO SUCINTA
	do Sistema de Análise de Gastos para compras estratégicas; (iii) capacitação para controles internos e verificação de PBCs; (iv) pessoal para apoiar a gestão ambiental e social (A&S); (v) estratégias de comunicação para divulgação das atividades do Projeto e (vi) estudos para órgãos participantes com novas necessidades.
4.2.Treinamento, Monitoramento e Avaliação	Este Subcomponente fornecerá assistência técnica para fortalecer a capacidade institucional da SEDUC para a implementação do Projeto e realizar suas principais atividades, como o desenho das escolas sustentáveis e inclusivas e o desenvolvimento do Sistema de Alerta Preventivo. Também financiará estudos sobre temas críticos, incluindo: (i) mapeamento escolar, planejamento de investimentos em infraestrutura escolar e análise de oferta e demanda para redimensionamento (organização interna) e reordenamento (municipalização) da rede estadual de ensino; (ii) pesquisas de infraestrutura tecnológica das escolas e habilidades digitais dos professores (em colaboração com o Centro de Inovação para a Educação Brasileira (CIEB)); (iii) avaliação do efeito da pandemia na aprendizagem, habilidades socioemocionais e práticas de ensino (por meio do uso da ferramenta de observação em sala de aula TEACH); (iv) treinamento para a equipe da SEDUC sobre o desenvolvimento de projetos arquitetônicos para escolas sustentáveis, resilientes e inclusivas; (v) treinamento para a equipe da SEDUC sobre planejamento e gestão de projetos; e (vi) desenvolvimento de um sistema de M&A da educação infantil baseado na iniciativa <i>Measuring Early Learning Quality and Outcomes (MELQO)</i> .

1.4. PLANO DE ENVOLVIMENTO DE PARTES INTERESSADAS

O Plano de Engajamento de Partes Interessadas (PEPI) do Projeto é estruturado nos seguintes eixos:

- Identificação das partes interessadas;
- Transparência e divulgação de informações relevantes às partes interessadas;
- Participação social através de canais acessíveis de interlocução com as partes interessadas e com a população em geral;
- Incorporação crítica das manifestações das partes interessadas sobre a execução das atividades;
- Especial atenção aos indivíduos e grupos vulneráveis;
- Especial atenção a questão de gênero;
- Resposta e resolução de queixas de forma tempestiva e eficiente.

2. IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES INTERESSADAS

O processo de identificação das partes interessadas é uma etapa essencial para que se possibilite seu efetivo engajamento e deve ser executado de forma contínua ao longo do projeto. Este capítulo sintetiza os resultados dessa identificação e demonstra como o processo está sendo continuamente executado ao longo do projeto.

2.1. CONCEITO

As partes interessadas do projeto são definidas como **indivíduos, grupos ou organizações** que:

- são ou podem ser impactados direta ou indiretamente, positiva ou negativamente, pelo projeto – ‘**partes afetadas**’; e
- podem ter interesse no projeto, cujos interesses podem ser afetados pelo projeto e/ou têm o potencial de influenciar os desfechos do projeto de alguma forma – ‘**outras partes interessadas**’.

As partes interessadas podem ser divididas nas seguintes categorias principais, entre pessoas e organizações que:

- Participam na implementação e coordenação do projeto (**P**);
- Influenciam diretamente a implementação do projeto (**ID**);
- Influenciam indiretamente a implementação do projeto (**II**);
- Diretamente afetados pelos resultados do projeto (**DA**);
- Indiretamente afetados pelos resultados do projeto (**IA**).

A identificação dos representantes de pessoas ou grupos é importante para o processo de comunicação e tomada de decisão com as partes interessadas. Representantes legítimos podem ser entendidos como indivíduos que foram incumbidos por outras pessoas para realizar a comunicação e defender seus interesses em instâncias específicas.

De forma geral, na relação com o projeto, os representantes têm o papel de:

- Apoiar na comunicação de mão dupla entre as partes interessadas e o projeto;
- Facilitar o processo de deliberação e tomada de decisão;
- Fornecer informações úteis sobre as configurações locais para melhor adequação do projeto;
- Atuar como elo de cooperação para execução do projeto, dentre outros.

A identificação de **representantes legítimos** é essencial para que não exista problemas de falta de confiabilidade, adesão e adequação dos processos por eles mediados.

2.2 METODOLOGIA

A identificação das partes interessadas do Projeto acontece em duas etapas:

A primeira Etapa, em execução, refere-se à identificação inicial dos indivíduos, grupos e organizações que serão envolvidos na preparação do PEPI. Tal identificação está sendo subsidiada pelas informações fornecidas pela equipe técnica dos diferentes componentes do Projeto. Essa identificação poderá ser aprimorada a partir das informações coletadas na consulta pública do PEPI, detalhada neste documento em seção específica.

Na sequência, durante a execução do projeto a identificação de partes interessadas será tratada como um processo contínuo. As equipes de execução, parceiros e o mecanismo de queixas e reclamações serão fontes para uma constante retroalimentação da identificação de partes interessadas. Caso ocorra a identificação de nova parte interessada, será feita sua inclusão no PEPI e serão desenhadas atividades de envolvimento e comunicação específicas e adequadas à sua realidade.

2.3 PARTES INTERESSADAS

O Quadro 1 apresenta as Partes Interessadas no Projeto, sua respectiva atuação e efeito que o Projeto causará sobre elas. Estas são classificadas da seguinte maneira:

P= Participam na implementação e coordenação do projeto.

ID= Influenciam diretamente a implementação do projeto.

II = Influenciam indiretamente a implementação do projeto.

DA= Diretamente afetados pelos resultados do projeto.

IA= Indiretamente afetados pelos resultados do projeto

Quadro 1: Partes Interessadas identificadas

PARTE INTERESSADA	ATUAÇÃO NO PROJETO	INTERESSE E INFLUÊNCIA*	EFEITO DO PROJETO NA PARTE INTERESSADA
BIRD	Financiador dos empréstimos para o aporte dos recursos públicos necessários à execução do projeto; presta apoio técnico à SEDUC durante as diferentes etapas que compõem o projeto.	P	Suporte técnico à SEDUC MT, missões de supervisão,
Estado do Mato Grosso- SEDUC/MT	Mutuário da operação de crédito e responsável pela implantação do Projeto em todas as etapas que o compõem.	P	Melhorar os ambientes de aprendizagem das escolas, as práticas de ensino e os sistemas de gestão Estado do Mato Grosso.
Prefeituras	Responsáveis por ofertar à população o ensino infantil e os anos iniciais do ensino fundamental. Atuação no programa Alfabetiza MT.	ID	Melhorar as práticas pedagógicas de ensino e os sistemas de gestão de seus respectivos municípios. Receberão incentivos e assistência técnica e pedagógica.
Conselho Estadual de Educação	Órgão de deliberação coletiva do sistema estadual de ensino, de natureza participativa e representativa. Exerce funções de caráter normativo, consultivo, deliberativo e de assessoramento à SEDUC nas questões que lhe são pertinentes.	ID	Receber apoio para cumprir seu papel nos processos de gestão do sistema educacional do Mato Grosso e de representação legítima de diferentes grupos de partes interessadas do projeto.
Fórum Estadual de Educação do Mato Grosso	Coordenar a elaboração e acompanhar a execução do Plano Estadual de Educação, promovendo o debate permanente sobre as Políticas da Educação do Sistema Estadual de Ensino.	ID	Receber apoio para cumprir seu papel nos processos de gestão do sistema educacional do Mato Grosso e de representação legítima de diferentes grupos de partes interessadas do projeto.
União dos Dirigentes Municipais de Educação de Mato Grosso – UNDIME/MT	Articular, mobilizar e integrar os dirigentes municipais de educação, para construir e defender a educação pública, sob a responsabilidade dos municípios de Mato Grosso, com qualidade social.	ID	Receber apoio para cumprir seu papel nos processos de gestão do sistema educacional do Mato Grosso.

Plano de Envolvimento das Partes Interessadas

PARTE INTERESSADA	ATUAÇÃO NO PROJETO	INTERESSE E INFLUÊNCIA*	EFEITO DO PROJETO NA PARTE INTERESSADA
Consórcio FGV- DIAN	Responsável pelo sistema Estruturado de Ensino.	ID	Contribuir para impactos sociais importantes na educação pública do MT, com base em metas e resultados mensuráveis.
Conselho de Educação Escolar Indígena do Estado de Mato Grosso- CEEI/MT	Órgão colegiado consultivo, deliberativo e de assessoramento técnico e pedagógico, com finalidade de promover o desenvolvimento das ações referentes à Educação Escolar Indígena, em todos os níveis e modalidades de ensino, atendendo as legislações específicas.	ID	Receber apoio para cumprir seu papel nos processos de gestão do sistema educacional indígena do Mato Grosso.
FUNAI	Proteger e promover os direitos dos povos indígenas no Brasil.	ID	Cumprir a missão da instituição.
SEMA estadual e municipal	Órgão responsável pelo licenciamento e fiscalização ambiental de obras.	ID	Garantir que a função da entidade seja cumprida.
IBAMA	Órgão responsável pelo licenciamento e fiscalização ambiental de obras em terras indígenas.	ID	Garantir que a função da entidade seja cumprida e que a legislação pertinente ao tema em relação aos povos indígenas seja cumprida.
Corpo de Bombeiros	Prevenção contra incêndios nas escolas e em obras de responsabilidade da SEDUC/MT.	ID	Garantir que a função da organização seja cumprida.
Concessionárias de água, esgoto e energia	Prestações de serviços para as obras de infraestrutura, fornecimento de autorizações.	ID	Contribuir na realização de obras de infraestrutura.
IPHAN, Secretaria Estadual de Cultura/MT	Consulta relacionada a prédios escolares que sejam considerados patrimônio cultural pelo IPHAN, consulta de projetos para prédios tombados.	II	Garantir que a função da entidade seja cumprida.

Plano de Envolvimento das Partes Interessadas

PARTE INTERESSADA	ATUAÇÃO NO PROJETO	INTERESSE E INFLUÊNCIA*	EFEITO DO PROJETO NA PARTE INTERESSADA
SEBRAE, SENAR, SENAI, SEAF, Instituto Natura, Instituto Singularidades, PARC, Instituto Sonho Grande, Fundação Telefônica VIVO, instituições de ensino superior, UFMT, Energisa.	Parceria em programas e projetos.	II	Contribuir na execução de projetos extra curriculares realizados pela SEDUC/MT.
Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd)	Avaliação do Ensino Público do Estado de Mato Grosso.	II	Contribuição no processo de avaliação, monitoramento e implementação de políticas públicas relacionadas à Educação no MT.
SINTEP, Sindicatos, ONGs, institutos, associações, entidades representativas de estudantes e de profissionais da educação, CIMI, Associações Quilombolas.	Parceria em programas e projetos, suporte técnico e consultorias quando necessário, participação em entidades representativas, reivindicação e apontamento de critérios que devem ser atendidos no âmbito do projeto.	II ID	Fortalecimento da sociedade civil organizada por meio da participação dessas entidades no apontamento de demandas do Projeto.
Organização de mulheres indígenas do Mato Grosso. FEPOIMT. Organização dos Professores Indígenas do Mato Grosso. Instituto MAWU. Faculdade Indígena Intercultural (FAINDI) da UNEMAT, Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Sindicatos, ONGs, institutos, associações, entidades representativas de estudantes e de profissionais da educação, CIMI, Associações Quilombolas. Departamento de antropologia da UFMT.	Parceria em programas e projetos, suporte técnico e consultorias quando necessário, participação em entidades representativas, reivindicação e apontamento de critérios que devem ser atendidos no âmbito do projeto.	II ID	Fortalecimento da sociedade civil organizada por meio da participação dessas entidades no apontamento de demandas do Projeto. Garantia do respeito aos direitos de povos indígenas e comunidades quilombolas afetadas pelo projeto e atendimento às suas demandas que se relacionem com as atividades do projeto.
Diretorias Regionais de Ensino (DREs), Unidades de Ensino, Educadores e Gestores.	Executores de base do Plano Nacional e Estadual de Educação e beneficiários diretos do projeto.	ID DA	Melhoria das condições para atuação profissional, contribuição para a materialização das metas estabelecidas pelo Estado.

Plano de Envolvimento das Partes Interessadas

PARTE INTERESSADA	ATUAÇÃO NO PROJETO	INTERESSE E INFLUÊNCIA*	EFEITO DO PROJETO NA PARTE INTERESSADA
Estudantes de Mato Grosso	Beneficiários diretos das ações do projeto.	DA	Melhoria dos indicadores sociais.
Associações de Pais (APMs) e Associações de Pais e Amigos de Excepcionais (APAEs)	Beneficiários diretos das ações do projeto.	ID DA	Contribuem para o desenho do projeto, Contribuição no processo de avaliação, monitoramento e implementação do Projeto; e fortalecem a participação de pais no processo ensino-aprendizagem.
Comunidades indígenas, quilombolas e rurais, pessoas com deficiência, mulheres, população pobre e outros grupos vulneráveis (não previamente identificados)	Beneficiários diretos das ações do projeto.	DA	Melhoria dos indicadores sociais, inclusive relacionados a questão de gênero, raça e etnia, relacionados à melhoria do sistema de ensino público e maior acesso à educação.
Comunidade em geral	Beneficiários indiretos do projeto.	IA	Fortalecimento da sociedade civil organizada, melhoria dos indicadores sociais.

2.4 INDIVÍDUOS E GRUPOS DESFAVORECIDOS OU VULNERÁVEIS

1. Comunidades indígenas, quilombolas, rurais.

- Os estudantes indígenas, quilombolas e que vivem em áreas rurais têm maior dificuldade de acesso à educação devido à longa distância entre suas comunidades e suas respectivas unidades escolares, assim como dificuldade de acesso a meios de transporte adequados.
- As obras nessas comunidades costumam ter um custo mais elevado que nas escolas regulares.
- Encontrar profissionais que atendam essas escolas também é mais difícil. Isso acontece devido à distância e dificuldade de acesso a essas áreas e também ao preconceito e discriminação que essas comunidades sofrem, fazendo com que profissionais e fornecedores se recusem a atendê-las.
- A necessidade de educação diferenciada, que respeite os costumes dessas comunidades e que contribua para a manutenção deles é um grande desafio. Exige profissionais qualificados que façam parte da rotina das comunidades, estando aptos a atender às exigências da SEDUC de forma geral e às necessidades específicas da comunidade.
- Algumas dessas comunidades não seguem o cronograma geral estabelecido pela SEDUC, devido a rituais e costumes que impedem a continuidade das aulas ou o cumprimento da carga horária diária em determinados períodos do ano.
- Adolescentes podem ser afastados da escola por longos períodos para cumprirem rituais da comunidade².
- As meninas indígenas podem ser um grupo mais vulnerável dentro de seu povo, pois é comum que elas se casem após cumprirem os rituais realizados após o primeiro fluxo menstrual. Se tornarem mães e esposas ainda muito jovens tem impacto na relação dessas jovens com a educação escolar.

2. Estudantes em situação de pobreza menstrual;

² É importante destacar que esse afastamento traz a necessidade de um olhar sensível por parte da SEDUC, porque embora impacte a educação desses jovens, não promove necessariamente um prejuízo aos adolescentes. Fora da escola eles aprendem ofícios de extrema importância para o grupo, que podem, inclusive, gerar renda. Além disso, costumes e saberes ancestrais e estratégias de sobrevivência são preservados a partir desses rituais.

- Dados da ONU apontam que, no mundo, uma em cada dez meninas falta às aulas durante o período menstrual. No Brasil, esse número é ainda maior: uma entre quatro estudantes já deixou de ir à escola por não ter absorventes. Com isso, perdem, em média, até 45 dias de aula, por ano letivo, como revela o levantamento “Impacto da Pobreza Menstrual no Brasil”, encomendado por uma marca de absorvente e feito pela consultoria Toluna.
- Jovens que sofrem de cólicas intensas também têm faltado aulas, de forma que deve haver uma ação transversal do Estado para educação e saúde.

3. Estudantes público- alvo da educação especial.

- Estudantes público- alvo da educação especial possuem inúmeros desafios para o acesso, permanência e bom desempenho na educação. Muitas escolas não são adaptadas para atendê-los, tanto na acessibilidade quanto na adequação curricular.
- Outro complicador são estudantes público- alvo da educação especial que não têm acesso ao transporte adaptado às suas necessidades específicas.

4. Estudantes em situação de pobreza.

- A pobreza afeta a vida educacional de estudantes de diversas formas. Há uma relação direta entre melhores resultados educacionais associados a níveis mais elevados do ponto de vista socioeconômico. A falta de acesso a uma alimentação adequada, por exemplo, afeta o desempenho escolar dos alunos. A pobreza também está associada à maior ocorrência de exploração do trabalho infantil, que afeta o rendimento desses alunos e que também promove uma maior taxa de evasão escolar. A pobreza também dificulta o acompanhamento necessário da família desse estudante. Estudos demonstram a importância da presença e apoio da família na vida escolar de crianças e jovens.

5. Estudantes que residam distantes das unidades de ensino ou em locais com dificuldade de acesso a meios de transporte.

6. Estudantes da comunidade LGBTQIA+, de religiões afrobrasileiras, estudantes pretos, estudantes público- alvo da educação especial, estudantes de povos indígenas e tradicionais, comunidades quilombolas, povos itinerantes, imigrantes, entre outros.

- Os indivíduos pertencentes a esses grupos sofrem preconceito e discriminação, tanto por parte da comunidade escolar quanto da sociedade, o que pode afetar seu desempenho escolar e a permanência na escola. Por esses motivos eles também têm maior probabilidade de sofrerem bullying, serem vítimas de injúrias raciais e outras microagressões.

7. Estudantes com problemas de visão.
 - Problemas de visão estão diretamente relacionados ao baixo rendimento escolar. Segundo o Conselho Brasileiro de Oftalmologia, metade dos alunos com baixa proficiência sofrem de algum problema de visão. 30% das crianças com idade escolar apresentam algum problema de visão e 8 em cada 10 crianças nunca fizeram exame de vista, ou foram examinadas por um oftalmologista.

Dentre esses grupos, os aspectos de vulnerabilidade potencialmente presentes são:

- Pobreza ou insegurança financeira;
- Vulnerabilidade territorial;
- Desigualdade de gênero, raça e etnia;
- Orientação sexual e credo religioso;
- Falta de acessibilidade e de inclusão.

As ações de envolvimento das partes interessadas serão planejadas de forma a promover a inclusão dessas pessoas.

3 ENVOLVIMENTO NA PREPARAÇÃO DO PROJETO

O PADIS MT está em fase de elaboração, em um processo que envolve as partes interessadas desde sua concepção, até a implementação. Como forma de promover e garantir a participação social de outros grupos, uma das etapas de elaboração é a Consulta Pública do Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI), descrita a seguir.

O PEPI descreve o cronograma e os métodos de envolvimento das partes interessadas durante todo o ciclo de vida do projeto e leva em consideração a opinião dessas partes, configurando-se, portanto, em um documento construído com transparência e participação. Durante o processo de elaboração

do PEPI, são identificados os pontos de vista das partes interessadas, incluindo a identificação dessas partes e as propostas de contatos futuro.

3.2 ANTECEDENTES DO ENVOLVIMENTO

O **Projeto Aprendizado Digital, Inclusivo e Sustentável do Mato Grosso – PADIS MT** possui componentes relacionados a diversos temas referentes à educação. Sendo assim, a SEDUC/MT tem realizado inúmeras ações e discussões com os diferentes setores do governo e da sociedade civil para garantir uma gestão democrática.

A SEDUC/MT tem engajado as partes interessadas para pensar políticas públicas, compartilhar dados sobre políticas educacionais, apresentar as transformações realizadas no sistema de ensino do Mato Grosso, capacitar profissionais, apresentar documentos oficiais, coletar sugestões, entre outros.

As metas e objetivos do projeto se relacionam com as atividades e programas que a SEDUC já tem realizado. Ele busca fortalecer essas ações e contribuir para que o Estado do Mato Grosso consiga cumprir as metas do Plano Estadual de Educação e dos programas que têm sido executados.

Planos de Recomposição de Recomposição das Aprendizagens.

O Componente 1 apoiará o fortalecimento de Intervenções Pedagógicas e Gestão para Recomposição da Aprendizagem. A SEDUC tem pensado essas intervenções de forma democrática e participativa.

- Dia 09/11/2021 a SEDUC apresentou o Plano de Recomposição de Aprendizagem ao Conselho Estadual de Educação. O objetivo das discussões proporcionou a ampliação do debate das políticas educacionais implementadas na rede pública de ensino.
- Dia 18/05/2022 o Plano de Recomposição das Aprendizagens foi apresentado para 500 professores, coordenadores e diretores de escolas. O encontro foi realizado durante todo o dia na Faculdade de Tecnologia Senai MT (Fatec), em Cuiabá.

Programa Alfabetiza MT

O programa Alfabetiza MT é uma das estratégias da SEDUC/MT para o fortalecimento das aprendizagens. A iniciativa adotada pelo Governo de Mato Grosso busca estabelecer o regime de colaboração entre o Estado e os 141 municípios. Em 2021 foram realizadas as seguintes ações para o desenvolvimento da mobilização e articulação das partes interessadas do programa:

1. Articulação para adesão de parceiros.
 - Implementação: Associação Bem Comum (ABC), Fundação Lemann, Instituto Natura;
 - Mobilização e engajamento: Conselho Estadual de Educação, Ministério Público, União dos Dirigentes Municipais de Educação de Mato Grosso/UNDIME,

Associação Mato-grossense dos Municípios/AMM, União das Câmaras Municipais de MT/UNCME, Assembleia Legislativa, Sindicato dos Profissionais da Educação Básica/Sintep, Instituições filantrópicas, Senai, Senac, Sesi/Sistema S, comunidade escolar, entre outros;

2. Adesão dos 141 municípios ao programa no ano de 2021.
3. Lançamento do programa e pactuação com os municípios.
 - Solenidade de lançamento e apresentação das ações do Programa Alfabetiza MT com participação dos Prefeitos, Secretários de Educação, representantes de instituições supramencionadas/ articuladores, sociedade civil entre outros. Assinatura de termo de adesão ao Programa pelos prefeitos dos 141 municípios.
4. A SEDUC iniciou, dia 30/11/2021, a primeira Formação de para dirigentes municipais, coordenadores municipais, coordenadores regionais e gestores das diretorias regionais de Educação pelo Programa Alfabetiza MT. A formação foi realizada por vídeoconferência e teve como tema “*O que fazem as Redes eficazes*”. Ao todo, participaram quatro instrutores e 99 coordenadores regionais e municipais, gestores das Diretorias Regionais de Ensino (DREs) e secretários municipais de educação.
5. Premiação de 200 escolas participantes do programa, a partir do resultado do desempenho na avaliação somativa que ocorreu em novembro de 2021.
6. Seminários de divulgação das boas práticas nas esferas estadual, regional e municipal no período de março a novembro de 2022.

EducAÇÃO 10 Anos

O governador e o secretário de educação do Mato Grosso lançaram, dia 07/04/2022, o programa “EducAÇÃO 10 Anos”. O evento aconteceu na Sala de Reunião Governador Garcia Neto, no Palácio Paiaguás, às 8h30.

A definição dos componentes do projeto têm influência direta do plano de ação da SEDUC/MT para a educação nos próximos 10 anos. Metas foram estabelecidas e muitas discussões foram realizadas para que o plano de ação fosse construído, de forma que essas metas funcionarão como guias para a ações e atividades realizadas pela SEDUC.

O Plano foi apresentado às Diretorias Regionais de Educação (DREs) no dia 14/06/2022. A reunião foi realizada no auditório da Seduc-MT, em Cuiabá, e teve como objetivo esclarecer dúvidas e projetar as ações da Educação para os próximos anos em Mato Grosso. Um dos tópicos apresentados foram as perspectivas positivas de avanço no ensino através dos investimentos feitos pelo Governo do Estado.

A construção desse projeto começou em 2021, por meio de uma cooperação entre a SEDUC e o Grupo GEMTE - Grupo Empresários de Mato Grosso em Evolução, que resultou em um diagnóstico

sobre a educação no âmbito do estado. Para obter o atual cenário e lançar as bases para uma mudança, a “Falconi – Consultores de Resultado” entrevistou 1.016 profissionais de todas as áreas do ensino para prospectar demandas e propor soluções dentro de um plano de ação.

Política de Avaliação Educacional para Educação Básica da Rede Pública de MT

A Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (SEDUC/MT), em regime de colaboração com os municípios, disponibilizou nos meses de novembro e dezembro de 2021 via o site oficial da Secretaria, a Política de Avaliação Educacional para a Educação Básica da rede pública do Estado de Mato Grosso, para que fosse analisada pela sociedade mato-grossense, com o objetivo de promover a participação da comunidade escolar na construção de uma Política de Avaliação Educacional que direcione as práticas pedagógicas e a tomada de decisão dos gestores e do corpo docente.

Ações como essa demonstram o interesse da SEDUC-MT em promover uma gestão democrática, com participação das entidades representativas e da sociedade civil e de que as consultas públicas podem influenciar diretamente as políticas educacionais a serem implementadas no território mato-grossense.

Política Estadual de Educação Especial

As ações do componente 3 visam apoiar o ensino inclusivo para o público-alvo da educação especial. Sendo assim, as discussões que acontecem na área são importantes para a construção do projeto, pois apresentam demandas e indicam caminhos a serem trilhados para alcançar esse objetivo.

A reelaboração da Política Estadual de Educação Especial vem sendo construída de forma coletiva desde o ano de 2018, a partir da necessidade de se garantir o direito à educação da pessoa com deficiência, Transtorno do Espectro Autista e Altas Habilidades/Superdotação na perspectiva da inclusão, atendendo às especificidades de cada uma delas. Trata-se de uma proposição que articula igualdade, diferença e identidade, apresentando diretrizes operacionais para a consolidação de uma educação pública, equitativa e inclusiva no âmbito de Mato Grosso.

A Secretaria de Estado de Educação (Seduc-MT), por meio da Secretaria Adjunta de Gestão Educacional, da Superintendência de Diversidades e da Coordenadoria de Educação Especial, promoveu em 27/04/2022 audiência pública com objetivo de fechar o ciclo da consulta popular que coletou sugestões para elaboração da Política Estadual de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva do Estado de Mato Grosso. A audiência foi realizada no auditório da Administração Central, em Cuiabá, gravada e disponibilizada no canal do *Youtube* da SEDUC-MT. A interação da Seduc entre a sociedade e instituições relacionadas à educação especial começou no dia 07 de abril de 2022, por meio da disponibilização do texto base da política alinhada ao Plano Nacional de Educação, ao Plano Estadual de Educação e à Política Nacional de Educação Inclusiva que regem as diretrizes e encaminhamentos de atendimento ao público-alvo da educação especial no país. O texto base foi disponibilizado na página da secretaria e também foi divulgado amplamente em grupos de WhatsApp das diretorias regionais, grupos das escolas, entidades, associações e parceiros. Também foi encaminhado por e-mail para as instituições, associações.

A fase de participação popular estava prevista para ser encerrada em 26/04/2022, mas se estendeu até final de maio para ampliar a participação. Por meio de plataforma digital e endereço eletrônico, a sociedade civil organizada participou com sugestões e validação das propostas em andamento.

Foram envolvidos no processo as associações de pessoas com deficiência, surdez, cegueira, autista, conselho estadual de educação, IES, Unemat, Instituto dos Cegos, Conselho estadual da pessoa com deficiência-Conede/MT, Icemat, Ministério Público Estadual, AMA, Amendi, Federação das APAES, Associação Estadual das Pestalozzi, AMDE- Associação mato-grossense dos deficientes, escolas especializadas, Casies, escolas. Essas entidades têm participado de decisões coletivas desde 2007 quando da proposição do documento base da política de educação especial do estado de Mato Grosso, publicada em 2008.

Consulta aos povos indígenas.

A Coordenadoria de Educação Escolar Indígena tem promovido audiências públicas, fóruns, reuniões ordinárias e extraordinárias com o envolvimento do Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena, para elaboração da Política Estadual de Educação Escolar Indígena, na perspectiva de uma educação específica diferenciada, fortalecida, com qualidade e implementada como rege o Decreto 6.681 de 27 de maio de 2009 dos Territórios Etnoeducacionais. A Coordenadoria tem utilizado diversos canais de comunicação, como e-mail, grupo de WhatsApp e realização de lives.

1º Fórum de Educação Escolar Indígena

A Secretaria de Estado de Educação (Seduc-MT) realizou, nos dias 28 e 29 de junho de 2022, no Hotel Fazenda Mato Grosso, em Cuiabá, o **1º Fórum de Educação Escolar Indígena**. Organizado pela Secretaria Adjunta de Gestão Educacional (SAGE), Superintendência de Diversidades (SUDI) e Coordenadoria de Educação Escolar Indígena (COEI), teve o propósito de deliberar, junto à comunidade, as necessidades relacionadas a Educação Indígena em Mato Grosso.

O evento contou com representantes das Diretorias Regionais de Educação (DREs), Conselheiros de Educação e diretores escolares da gestão administrativa e pedagógica das escolas indígenas. No encontro, foram deliberadas as ações de Políticas Públicas para a Educação Indígena, que atenda as especificidades das etnias e os seus mais de 12 mil alunos que frequentam as 70 escolas de educação indígena no estado.

Em um dos principais painéis, foi realizada a apresentação e análise de Avaliação Diagnóstica referente a 2021, pelo coordenador de Educação Escolar Indígena, Lucas de Albuquerque Oliveira, e pelo técnico pedagógico da Seduc, Samuel Chaves. Eles debateram os Modelos de Atendimento Educativo para Educação Escolar Indígena e o papel das DREs na Gestão Administrativa e Pedagógica das Escolas Indígenas.

O Fórum Estadual de Educação Escolar Indígena discutiu políticas públicas, infraestrutura, tecnologia e, principalmente, a questão pedagógica e a valorização do profissional da Educação. O evento contou com a participação de as lideranças e diretores em todo o estado e com representantes de órgãos e entidades que influenciam e/ou contribuem para política de educação indígena do estado.

O Fórum também discutiu questões levantadas por educadores e educadoras indígenas do estado de Mato Grosso no encontro promovido pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi) – Regional Mato Grosso, entre os dias 6 e 9 de junho.

Encontro de diretores das escolas estaduais indígenas do Estado de Mato Grosso

Em fevereiro de 2020, aconteceu em Cuiabá o **encontro de diretores das escolas estaduais indígenas do Estado de Mato Grosso**. Na oportunidade, a SEDUC apresentou o projeto arquitetônico elaborado especificamente para as escolas indígenas do estado, com objetivo de melhorar o atendimento das comunidades indígenas no que se refere a infraestrutura e atendimento pedagógico. O projeto foi idealizado após diversas reuniões entre setores da secretaria: SAEX, SAGE, SUDE\COEI e depois com lideranças indígenas, ainda em dezembro de 2019, onde firmou-se o compromisso de realizar um diagnóstico das necessidades das escolas indígenas. A gênese da construção do projeto, portanto, foi resultado destas demandas, que para além das pesquisas teóricas para a elaboração, por se tratar de um projeto para comunidades indígenas, houve visitas às comunidades com vistas a compreender os sentidos da arquitetura indígena e para contemplar aspectos tradicionais. Assim, o projeto é flexível e permite a adequação da sua estrutura, considerando a realidade de cada aldeia indígena conforme a organização do espaço físico.

Reunião da SEDUC MT com o Conselho Escolar Indígena para apresentação do projeto PADIS MT

No dia 04 de agosto de 2022 foi realizada reunião com o Conselho Escolar Indígena. O projeto foi apresentado ao Conselho e seus integrantes foram ouvidos pela SEDUC para que fossem coletadas sugestões, demandas e expectativas dos povos indígenas em relação ao projeto.

Consulta ao Conselho de Educação Escolar Indígena do Estado de Mato Grosso

No dia 05 de setembro de 2022, das 14h às 18h, aconteceu uma consulta presencial ao Conselho de Educação Escolar Indígena do Estado de Mato Grosso-, com participação de representantes da SEDUC MT e do Banco Mundial. O projeto foi apresentado ao Conselho, que apontou as demandas e necessidades dos povos indígenas e que deu inúmeras sugestões de ações a serem realizadas para que o projeto contemple as demandas apresentadas, especialmente em relação à parte pedagógica.

O projeto foi apresentado mais uma vez ao Conselho, indicando quais demandas por ele apresentadas poderiam ser atendidas pelo projeto, de acordo com seus objetivos.

Nessa reunião também foram construídos, coletivamente, critérios de elegibilidade das escolas que serão beneficiadas pelo projeto, estratégias para lidar com os desafios de realização das atividades em terras indígenas, e foram abordados temas como o treinamento de indígenas para manutenção e participação nas obras a serem realizadas, protocolo a ser seguido para realização de obras em terras indígenas, treinamento dos profissionais que atuarão em terras indígenas, projeto arquitetônico das escolas indígenas, instalação de placas solares, regularização das escolas indígenas, formação continuada de professores, estratégias de participação e de engajamento dos povos indígenas com o projeto, materiais bilíngues e culturalmente adequados, entre outros.

O Conselho de Educação Escolar Indígena do Estado de Mato Grosso é um órgão legítimo de representação, com participação de representantes de todos os 44 povos indígenas de Mato Grosso, além de inúmeras instituições e associações.

3.3 CONSULTA PÚBLICA

A consulta pública tem o objetivo de colher contribuições, críticas e demais manifestações relacionadas à forma com o que o Programa planeja envolver as partes interessadas ao longo de sua execução e se dará nas seguintes etapas.

3.3.1 PUBLICAÇÃO

Devido ao período eleitoral, grande parte do conteúdo dos sites e das redes sociais dos órgãos públicos está suspenso temporariamente, a fim de que não sejam publicados ou mantidos conteúdos que possam ser caracterizados como publicidade institucional, o que é vedado pela legislação eleitoral. A PGE será consultada em relação às ações de divulgação que podem ser realizadas ao longo desse período.

Considerando a particularidade desse período, que coincide com o período de realização das consultas públicas do PADIS/MT, a presente versão para consulta do PEPI está sendo divulgada via **e-mail e listas de transmissão de WhatsApp** às partes interessadas, prioritariamente àquelas que integram as entidades de participação e controle social. Poderão ser enviados, também, formulários eletrônicos a serem preenchidos pelas partes consultadas.

3.3.2 CONSULTA DIRETA

O Projeto está embasado em um sistema de participação social estabelecido para as instâncias e organizações que colaboram com a construção do Projeto.

Para a fase de consulta pública, portanto, essas organizações e indivíduos receberão diretamente da coordenação do Projeto uma versão do PEPI para revisão.

As sugestões serão coletadas, avaliadas e integradas ao documento.

A consulta pública permanecerá aberta por 15 dias, com possibilidade de prorrogação.

Durante esse prazo, as partes interessadas poderão enviar comentários por escrito, vídeo ou áudio via os seguintes canais:³

- consultapublicapadis@edu.mt.gov.br:

³ A proposta de ampliar as formas de participação (por meio do recebimento de áudios e vídeos) busca atender a diferentes partes interessadas, especialmente grupos vulneráveis ou pessoas que tenham dificuldade em acessar e responder o formulário eletrônico.

- Formulário eletrônico- A ser disponibilizado no site da SEDUC. O link do formulário eletrônico com o pedido de feedback também será enviado por WhatsApp e também por e-mail.
- Link da consulta: www3.seduc.mt.gov.br/padis/consultapadis

Todas as contribuições serão registradas em um único instrumento pela equipe da SEDUC responsável pelas consultas.

A consulta envolverá prioritariamente as entidades de participação e controle social relacionados à educação do Mato Grosso, que são instâncias legítimas, compostas por diversos setores da sociedade civil, de órgãos governamentais, de entidades representativas, sindicatos e ONGs. A instância representativa das escolas regulares que será consultada é o **Conselho Estadual de Educação – CEE/MT**: um órgão de deliberação coletiva do sistema estadual de ensino, de natureza participativa e representativa, exerce funções de caráter normativo, consultivo, deliberativo e de assessoramento ao Secretário de Estado da Educação nas questões que lhe são pertinentes.⁴

A gestão democrática do ensino público está prevista na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). A LDB estabelece que os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Já as instituições públicas de educação superior obedecerão ao princípio da gestão democrática, assegurada a existência de órgãos colegiados deliberativos, de que participarão os segmentos da comunidade institucional, local e regional.

O Estado do Mato Grosso contempla a gestão democrática do Ensino e conta com diferentes instâncias que permitem a participação civil e o controle social das políticas de educação do Estado.

⁴ O Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso (CEE/MT) foi criado em 07 de fevereiro de 1963, através da Lei N° 1.815, para atender ao artigo 10 da LDB N° 4.024/1961. Em 1998 a Lei Estadual Complementar N° 49/98 foi aprovada e garantiu a participação paritária entre o Governo e Entidades da Sociedade Civil na tentativa de implementar o exercício participativo e cidadão. O Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso é constituído de 24 (vinte e quatro) conselheiros e respectivos suplentes, que representam paritariamente o Governo e segmentos da sociedade civil organizada. Os conselheiros são eleitos pelos segmentos representativos da Câmara de Educação Básica e da Câmara de Educação Profissional e de Educação Superior que incluem: o Sindicato dos Trabalhadores da Educação Pública Básica; Dirigentes de Estabelecimento de Ensino Privado; Secretários Municipais de Educação; Educação Escolar Indígena; Conselho Estadual da Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente; Entidades de Pais de Alunos da Educação Básica; Entidades dos Alunos da Educação Básica; Centrais Sindicais dos Trabalhadores; Educação Especial; Secretaria de Estado de Educação; Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial do Estado de Mato Grosso; Instituições de Ensino Superior Públicas; Instituições de Ensino Superior Privadas; Sindicato dos Trabalhadores da Educação Superior; Entidades de Alunos de Ensino Superior; Instituições de Ensino Público de Educação Profissional; Federações Empresariais; Conselhos de Classe; Dirigentes de Estabelecimentos de Ensino Privado de Educação Profissional; Conselho Estadual do Trabalho; Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia; e Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial do Estado de Mato Grosso.

3.3.3 DIVULGAÇÃO DA CONSULTA PÚBLICA

A divulgação da consulta pública ocorrerá no site da Seduc, e-mail, WhatsApp e/ou formulário eletrônico, considerando o impedimento de publicização em sites e mídias sociais, devido ao período eleitoral.

3.4 DEVOLUTIVAS

Os comentários ao PEPI e aos demais instrumentos de gestão socioambiental do Projeto (Plano de Povos Indígenas e Marco de Gestão Socioambiental) serão unificados em um anexo. Após melhorias, uma segunda versão dos instrumentos será produzida e integrada ao Projeto.

Todas as pessoas que fizerem comentários receberão devolutiva acerca do aspecto em questão. Os meios preferidos para devolutiva serão coletados no ato do recebimento das sugestões.

A versão final, contendo um relato sobre a consulta pública realizada, também será enviada para os mesmos e-mails e listas de transmissão que receberam a divulgação da consulta pública.

A versão preliminar do PEPI, Marco de Gestão Socioambiental e Plano de Povos Indígenas, serão publicados no site <http://www.seduc.mt.gov.br/>, após o período eleitoral

Os instrumentos, em versões preliminares, ficarão em consulta online aberta por dois meses e a SEDUC também enviará convites aos principais interessados a enviar os feedbacks dos instrumentos, fornecendo o link para o site. Os feedbacks recebidos serão incorporados as versões finais dos instrumentos, que serão divulgadas publicamente no mesmo site dedicado ao Projeto da SEDUC, bem como em cópias impressas (quando apropriado) dentro de 30 dias desde a vigência do Projeto.

4 ENVOLVIMENTO DURANTE O PROJETO

As atividades de Envolvimento das Partes interessadas permeiam todos os componentes 1, 2 e 3 do Projeto Aprendizado Digital, Inclusivo e Sustentável do Mato Grosso – PADIS MT, devendo ocorrer durante a implementação, gestão, comunicação, monitoramento e avaliação. Os itens a seguir descrevem o planejamento para que o projeto proporcione o necessário envolvimento das partes interessadas.

A equipe de cada componente será responsável pela parte que lhe cabe das ações de engajamento. O projeto também contará com uma equipe específica para coordenar e monitorar a comunicação, o envolvimento das partes interessadas e o mecanismo de queixas.

4.2 PRINCÍPIOS

O Programa aplicará os seguintes princípios para o engajamento das partes interessadas, em consonância com as melhores práticas no tema:

- Abertura e abordagem do ciclo do Projeto: processo continuado de diálogo por meio de consultas significativas a serem organizadas durante todo o ciclo do projeto, realizadas de maneira aberta para as partes afetadas, sem manipulação, interferência, coerção ou intimidação externa;
- Participação informada e manifestação: as informações serão fornecidas e amplamente disponibilizadas para as partes interessadas relevantes em formato apropriado; haverá oportunidades para a manifestação das partes afetadas, análise e a abordagem dos comentários, demandas, sugestões e eventuais críticas;
- Inclusão e sensibilidade: a identificação das partes interessadas será contínua ao longo do Programa e realizada a fim de respaldar melhores comunicações e construir relacionamentos eficazes. O processo de participação nos subcomponentes e suas atividades será inclusivo. Todas as partes afetadas, em todos os momentos, são incentivadas a se envolverem no processo de consulta e terão acesso igualitário à informação. A sensibilidade às necessidades das partes interessadas é o princípio fundamental para a seleção dos métodos de engajamento, principalmente ao se considerar os grupos vulneráveis, que demandam atenção especial;
- Flexibilidade: se o distanciamento social e outras medidas de biossegurança - devidos à pandemia do Covid-19 ou outras emergências de saúde pública – inibirem as formas tradicionais de engajamento, a metodologia deve ser adaptada, valendo-se, por exemplo, das várias formas de comunicação via internet, meio que se popularizou ainda mais após a pandemia.

4.3 MEIOS DE COMUNICAÇÃO, DIVULGAÇÃO E ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS

Os materiais de divulgação identificarão os canais de interação para as partes interessadas obterem mais informações, realizarem perguntas e manifestações. Também apresentarão o Mecanismo de Queixas e seus canais de acesso.

4.2.2 ESTRATÉGIA PROPOSTA PARA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

As ações do projeto serão divulgadas no site da SEDUC, em aba a ser criada especificamente para divulgação das ações relacionadas ao projeto. As discussões e deliberações realizadas nas reuniões dos Conselhos e Fóruns também serão divulgadas (desde a fase de preparação do Projeto e durante toda a implementação).

As mídias sociais serão um meio de divulgação das informações e de campanhas de conscientização e de incentivo, para que a comunidade escolar participe das consultas, das avaliações, e para que responda os formulários eletrônicos de satisfação. Serão utilizadas artes gráficas criativas e em linguagem acessível, assim como vídeos em animação e vídeos tutoriais.

Será divulgado um boletim informativo a cada semestre com as principais atividades executadas relacionadas ao projeto nesse período.

4.2.3 ESTRATÉGIA DE ENGAJAMENTO DAS PARTES.

- A SEDUC/MT abrirá diversos espaços de interação com as partes interessadas: mídias sociais, WhatsApp, lives pelo youtube e pelo instagram para interagir, apresentar os resultados do projeto e tirar dúvidas.
- Será realizada no mínimo uma consulta por semestre via formulário eletrônico para monitoramento e avaliação do projeto. Serão diferentes formulários para os diferentes públicos a serem alcançados, com questões pertinentes a cada um. Os formulários serão estruturados, pois pode haver expectativas das partes a serem consultadas que não se relacionam com os componentes do projeto, prejudicando a fidedignidade do retorno recebido.
- Os órgãos de participação e de controle social receberão semestralmente boletins informativos relacionados ao projeto e serão convidados a se manifestarem e darem feedbacks sobre as ações já realizadas e as que ainda acontecerão, caso seja necessário.
- As DREs serão pontos focais na comunicação com as unidades escolares e com os Conselhos Deliberativos da Comunidade Escolar (CDCEs).
- As DREs preencherão, a cada semestre, formulário eletrônico criado pela SEDUC para acompanhamento das atividades realizadas por elas e das demandas das unidades escolares.

Essa função será responsabilidade da Superintendência de Gestão das Diretorias Regionais de Educação (SGDR).

- Haverá um esforço para cadastro dos professores e diretores das escolas beneficiadas (WhatsApp e e-mail), para que sejam consultados sobre o andamento do projeto, para recebimento de feedback e para saber se o papel das DREs como pontos focais tem funcionado da forma prevista neste documento. Eles responderão no mínimo um formulário eletrônico anualmente.
- Antes de iniciar os projetos de reforma, a Secretaria Adjunta de Infraestrutura e Patrimônio (SAIP) convidará o diretor escolar para consultá-lo sobre as necessidades de infraestrutura da escola relacionadas aos aspectos pedagógicos. Além disso, a SAIP também consulta as unidades escolares anualmente sobre as necessidades relacionadas a mobiliários e equipamentos. Esta consulta é realizada por meio do Sistema SigEduca Módulo GEE, a partir de um Plano de Demanda. Ela também pode ser realizada por meio do Sistema Integrado da Gestão Administrativa Documental- SIGAdoc.
- Antes de iniciar a obra, é função da unidade escolar, com supervisão da SEDUC, comunicar a vizinhança sobre sua realização e também de divulgar os canais de comunicação para recebimento de manifestações, queixas, dúvidas e elogios.
- A SEDUC realiza as reuniões de partida, que acontecem antes do início da obra, com a presença de representantes da empresa contratada, da escola beneficiada e da própria SEDUC, para esclarecer protocolos a serem seguidos, deveres e direitos de cada uma das partes, fechar acordos de convivência etc. Também serão comunicados os canais de manifestações, queixas, dúvidas e elogios sobre o projeto.
- Serão criados guias orientativos/metodológicos sobre o projeto de forma geral e sobre as atividades a serem realizadas para conscientizar, engajar e orientar as partes interessadas sobre suas formas de participação no projeto e sobre questões técnicas que sejam pertinentes.
- As escolas beneficiadas diretamente pelo projeto formalizarão sua adesão e interesse em participar das atividades relacionadas ao projeto.
- Serão realizadas campanhas de conscientização para que as escolas utilizem o Laboratório de Aprendizagem de acordo com o que foi previsto, para que os professores das escolas beneficiadas participem das atividades de formação continuada e para ampliar a adesão das novas práticas de ensino e ao programa de combate à violência financiados pelo projeto.

- A SEDUC utiliza o Sistema Integrado da Gestão Administrativa Documental- SIGAdoc para comunicação interna e para comunicação com outros órgãos público, sendo ele mais uma ferramenta de comunicação e engajamento das partes.

Aos grupos vulneráveis e comunidades indígenas e quilombolas serão oferecidas possibilidades de engajamento e participação diferenciadas, conforme detalhado nas estratégias de engajamento para grupos vulneráveis.

O Quadro 2 apresenta o Resumo dos meios de comunicação, estratégias de divulgação e envolvimento das partes interessadas do Projeto.

Quadro 2: Meios de Comunicação, Canais e Estratégias de Divulgação e Envolvimento do PADIS

Meios de Comunicação, Canais e Estratégias de Divulgação e Envolvimento			
Meio de Comunicação	Canal	Estratégias de Divulgação e Envolvimento de Partes Interessadas	Partes Interessadas Alcançadas
Site	http://www.seduc.mt.gov.br/	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgação dos documentos, informações gerais sobre o projeto e notícias relevantes. • Divulgação de consultas, reuniões e atividades de engajamento das partes interessadas. • Divulgação de cartilhas, cartazes, panfletos, folders, artes gráficas, fotos, vídeos, boletins, relatórios etc. • Divulgação dos mecanismos de queixas e dos canais de comunicação. • Divulgação dos resultados e do andamento do projeto. 	<ul style="list-style-type: none"> • BIRD (P) • Prefeituras (ID) • Conselho Estadual de Educação (ID) • Fórum Estadual de Educação do Mato Grosso (ID) • União dos Dirigentes Municipais de Educação de Mato Grosso – UNDIME/MT (ID) • Consórcio FGV- DIAN (ID) • Conselho de Educação Escolar Indígena do Estado de Mato Grosso- CEEI/MT (ID) • SINTEP, Sindicatos, ONGs, institutos, associações, entidades representativas de estudantes e de profissionais da educação. (ID e II) • Organização de mulheres indígenas do Mato Grosso. FEPOIMT. Organização dos Professores Indígenas do Mato Grosso. Instituto MAWU. Faculdade Indígena Intercultural (FAINDI) da UNEMAT, Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), CIMI, Departamento de antropologia da UFMT, Associações Quilombolas (ID e II) • CDCE- Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar (II e IA)

Meios de Comunicação, Canais e Estratégias de Divulgação e Envolvimento

Meio de Comunicação	Canal	Estratégias de Divulgação e Envolvimento de Partes Interessadas	Partes Interessadas Alcançadas
			<ul style="list-style-type: none"> ● DREs, Unidades de Ensino, Educadores e Gestores (ID e DA) ● Comunidades indígenas, quilombolas e rurais, pessoas com deficiência, mulheres, população pobre e outros grupos vulneráveis (DA) ● Estudantes de Mato Grosso (DA) ● Comunidade em geral (IA)
Facebook e Instagram	<p>https://www.facebook.com/pages/Seduc-Mt/485846364769617</p> <p>https://www.instagram.com/seduc.mt/</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Divulgação dos documentos, informações gerais sobre o projeto e notícias relevantes. ● Divulgação de consultas, reuniões e atividades de engajamento das partes interessadas. ● Divulgação de cartilhas, cartazes, panfletos, folders, artes gráficas, fotos, vídeos, boletins, relatórios etc. ● Postagens sobre assuntos relevantes relacionados ao PADIS MT. ● Lives para interação com as partes interessadas, tira dúvidas, divulgação de ações do projeto. 	<ul style="list-style-type: none"> ● BIRD (P) ● Prefeituras (ID) ● Conselho Estadual de Educação (ID) ● Fórum Estadual de Educação do Mato Grosso (ID) ● União dos Dirigentes Municipais de Educação de Mato Grosso – UNDIME/MT (ID) ● Consórcio FGV- DIAN (ID) ● Conselho de Educação Escolar Indígena do Estado de Mato Grosso- CEEI/MT (ID) ● SINTEP, Sindicatos, ONGs, institutos, associações, entidades representativas de estudantes e de profissionais da educação. (ID e II) ● Organização de mulheres indígenas do Mato Grosso. FEPOIMT. Organização dos Professores Indígenas do Mato Grosso. Instituto MAWU. Faculdade Indígena Intercultural (FAINDI) da

Meios de Comunicação, Canais e Estratégias de Divulgação e Envolvimento

Meio de Comunicação	Canal	Estratégias de Divulgação e Envolvimento de Partes Interessadas	Partes Interessadas Alcançadas
		<ul style="list-style-type: none"> ● Informar as partes interessadas sobre atividades, eventos, lançamento de materiais e qualquer informação de interesse das partes interessadas. ● Divulgação dos mecanismos de queixas e dos canais de comunicação. ● Divulgação dos resultados e do andamento do projeto. ● Campanhas de conscientização sobre diferentes temáticas que sejam relevantes para o projeto e para os povos indígenas atendidos pelo PADIS MT. ● Poderão ser divulgados materiais em línguas indígenas dos povos beneficiados pelo projeto. 	<ul style="list-style-type: none"> ● UNEMAT, Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), CIMI, Departamento de antropologia da UFMT, Associações Quilombolas (ID e II) ● CDCE- Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar (II e IA) ● DREs, Unidades de Ensino, Educadores e Gestores (ID e DA) ● Comunidades indígenas, quilombolas e rurais, pessoas com deficiência, mulheres, população pobre e outros grupos vulneráveis (DA) ● Estudantes de Mato Grosso (DA) ● Comunidade em geral (IA)
Vídeos no Youtube	https://www.youtube.com/channel/UCMkMam-QWWrzSift6tTrKpA	<ul style="list-style-type: none"> ● Divulgação dos documentos, informações gerais sobre o projeto e notícias relevantes. 	<ul style="list-style-type: none"> ● BIRD (P) ● Prefeituras (ID) ● Conselho Estadual de Educação (ID) ● Fórum Estadual de Educação do Mato Grosso (ID)

Meios de Comunicação, Canais e Estratégias de Divulgação e Envolvimento

Meio de Comunicação	Canal	Estratégias de Divulgação e Envolvimento de Partes Interessadas	Partes Interessadas Alcançadas
		<ul style="list-style-type: none"> ● Divulgação de consultas, reuniões e atividades de engajamento das partes interessadas. ● Campanhas de conscientização em formato de vídeo. ● Divulgação dos mecanismos de queixas e dos canais de comunicação. ● Divulgação dos resultados e do andamento do projeto. ● Lives para interação com as partes interessadas, tira dúvidas, divulgação de ações do projeto. ● Vídeos tutoriais e orientativos. ● Divulgação de boas práticas em escolas indígenas. ● Vídeos em português com legenda na língua materna dos diferentes povos indígenas beneficiados pelo projeto e vídeos na língua materna com legendas em português. 	<ul style="list-style-type: none"> ● União dos Dirigentes Municipais de Educação de Mato Grosso – UNDIME/MT (ID) ● Consórcio FGV- DIAN (ID) ● Conselho de Educação Escolar Indígena do Estado de Mato Grosso- CEEI/MT (ID) ● SINTEP, Sindicatos, ONGs, institutos, associações, entidades representativas de estudantes e de profissionais da educação. (ID e II) ● Organização de mulheres indígenas do Mato Grosso. FEPOIMT. Organização dos Professores Indígenas do Mato Grosso. Instituto MAWU. Faculdade Indígena Intercultural (FAINDI) da UNEMAT, Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), CIMI, Departamento de antropologia da UFMT, Associações Quilombolas (ID e II) ● CDCE- Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar (II e IA) ● DREs, Unidades de Ensino, Educadores e Gestores (ID e DA) ● Comunidades indígenas, quilombolas e rurais, pessoas com deficiência, mulheres, população pobre e outros grupos vulneráveis (DA) ● Estudantes de Mato Grosso (DA)

Meios de Comunicação, Canais e Estratégias de Divulgação e Envolvimento

Meio de Comunicação	Canal	Estratégias de Divulgação e Envolvimento de Partes Interessadas	Partes Interessadas Alcançadas
			<ul style="list-style-type: none"> Comunidade em geral (IA)
WhatsApp	<p>Número da UGP: criar</p> <p>(65) 36132514 Campo e Quilombola</p> <p>(65) 36136383 Educação Especial</p> <p>(65) 36136336 Educação Indígena</p>	<ul style="list-style-type: none"> Divulgação de informações Divulgação de documentos. Convocação para reuniões. Envio de materiais. Canal de interações e de feedback. Campanhas de conscientização. Divulgação dos resultados e do andamento do projeto. Diálogo direto. Divulgação de cartilhas, cartazes, panfletos, folders, artes gráficas, fotos, vídeos, boletins, relatórios etc. Divulgação dos mecanismos de queixas e dos canais de comunicação. 	<ul style="list-style-type: none"> BIRD (P) Prefeituras (ID) Conselho Estadual de Educação (ID) Fórum Estadual de Educação do Mato Grosso (ID) União dos Dirigentes Municipais de Educação de Mato Grosso – UNDIME/MT (ID) Conselho de Educação Escolar Indígena do Estado de Mato Grosso- CEEI/MT (ID) Associações Quilombolas (ID e II) DREs, Unidades de Ensino, Educadores e Gestores (ID e DA) Comunidades indígenas, quilombolas e rurais, pessoas com deficiência, mulheres, população pobre e outros grupos vulneráveis (DA) Estudantes de Mato Grosso (DA)
E-mail	<p>E-mail da UGP: criar</p> <p>educampo@edu.mt.gov.br Campo e Quilombola</p> <p>educacao.especial@edu.mt.gov.br</p>	<ul style="list-style-type: none"> Divulgação de informações. Divulgação de documentos. Convocação para reuniões. Envio de materiais. Canal de interações e de feedback. Campanhas de conscientização. 	<ul style="list-style-type: none"> BIRD (P) Prefeituras (ID) Conselho Estadual de Educação (ID) Fórum Estadual de Educação do Mato Grosso (ID) União dos Dirigentes Municipais de Educação de Mato Grosso – UNDIME/MT (ID)

Meios de Comunicação, Canais e Estratégias de Divulgação e Envolvimento

Meio de Comunicação	Canal	Estratégias de Divulgação e Envolvimento de Partes Interessadas	Partes Interessadas Alcançadas
	<p>Educação Especial</p> <p>indigena.sec@edu.mt.gov.br</p> <p>Educação Indígena</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Diálogo direto. • Divulgação de cartilhas, cartazes, panfletos, folders, artes gráficas, fotos, vídeos, boletins, relatórios etc. • Divulgação dos resultados e do andamento do projeto. • Divulgação dos mecanismos de queixas e dos canais de comunicação. 	<ul style="list-style-type: none"> • Consórcio FGV- DIAN (ID) • Conselho de Educação Escolar Indígena do Estado de Mato Grosso- CEEI/MT (ID) • FUNAI, SEMA estadual e municipal, IBAMA, Corpo de Bombeiros, Concessionárias de água, esgoto e energia (ID) • CDCE- Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar (II e IA) • IPHAN, Secretaria Estadual de Cultura/MT, SEBRAE, SENAR, SENAI, SEAF, Instituto Natura, Instituto Singularidades, PARC, Instituto Sonho Grande, Fundação Telefônica VIVO, instituições de ensino superior, UFMT, Energisa (II) • SINTEP, Sindicatos, ONGs, institutos, associações, entidades representativas de estudantes e de profissionais da educação. (ID e II) • Organização de mulheres indígenas do Mato Grosso. FEPOIMT. Organização dos Professores Indígenas do Mato Grosso. Instituto MAWU. Faculdade Indígena Intercultural (FAINDI) da UNEMAT, Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), CIMI, Departamento de antropologia da UFMT, Associações Quilombolas (ID e II)

Meios de Comunicação, Canais e Estratégias de Divulgação e Envolvimento

Meio de Comunicação	Canal	Estratégias de Divulgação e Envolvimento de Partes Interessadas	Partes Interessadas Alcançadas
			<ul style="list-style-type: none"> ● DREs, Unidades de Ensino, Educadores e Gestores (ID e DA) ● Comunidades indígenas, quilombolas e rurais, pessoas com deficiência, mulheres, população pobre e outros grupos vulneráveis (DA) ● Estudantes de Mato Grosso (DA) ● Comunidade em geral (IA)
Assessoria de Imprensa	Meios de comunicação regionais, locais e comunitários, impressos, digitais, TV e rádio	<ul style="list-style-type: none"> ● Divulgação de informações gerais sobre o projeto e notícias relevantes. ● Divulgação de consultas, reuniões e atividades de engajamento das partes interessadas. ● Divulgação de atividades relacionadas ao projeto. ● Divulgação dos resultados e do andamento do projeto. ● Campanhas de conscientização. ● Divulgação dos mecanismos de queixas e dos canais de comunicação. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Prefeituras (ID) ● Conselho Estadual de Educação (ID) ● Fórum Estadual de Educação do Mato Grosso (ID) ● União dos Dirigentes Municipais de Educação de Mato Grosso – UNDIME/MT (ID) ● Conselho de Educação Escolar Indígena do Estado de Mato Grosso- CEEI/MT (ID) ● SINTEP, Sindicatos, ONGs, institutos, associações, entidades representativas de estudantes e de profissionais da educação. (ID e II) ● Organização de mulheres indígenas do Mato Grosso. FEPOIMT. Organização dos Professores Indígenas do Mato Grosso. Instituto MAWU. Faculdade Indígena Intercultural (FAINDI) da UNEMAT, Universidade Federal de Mato Grosso

Meios de Comunicação, Canais e Estratégias de Divulgação e Envolvimento

Meio de Comunicação	Canal	Estratégias de Divulgação e Envolvimento de Partes Interessadas	Partes Interessadas Alcançadas
			(UFMT), CIMI, Departamento de antropologia da UFMT, Associações Quilombolas (ID e II) <ul style="list-style-type: none"> ● CDCE- Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar (II e IA) ● DREs, Unidades de Ensino, Educadores e Gestores (ID e DA) ● Comunidades indígenas, quilombolas e rurais, pessoas com deficiência, mulheres, população pobre e outros grupos vulneráveis (DA) ● Estudantes de Mato Grosso (DA) ● Comunidade em geral (IA)
Eventos, capacitações, consultas e reuniões	virtuais e presenciais	<ul style="list-style-type: none"> ● Lançamentos de novos materiais e de novas atividades. ● Capacitações das partes interessadas em suas respectivas áreas e necessidades. ● Consultas públicas. ● Atividades para monitoramento e de avaliação do projeto. ● Eventos para campanhas de conscientização e de interação entre as partes interessadas. 	<ul style="list-style-type: none"> ● BIRD (P) ● Prefeituras (ID) ● Conselho Estadual de Educação (ID) ● Fórum Estadual de Educação do Mato Grosso (ID) ● União dos Dirigentes Municipais de Educação de Mato Grosso – UNDIME/MT (ID) ● Consórcio FGV- DIAN (ID) ● Conselho de Educação Escolar Indígena do Estado de Mato Grosso- CEEI/MT (ID) ● FUNAI, SEMA estadual e municipal, IBAMA, Corpo de Bombeiros, Concessionárias de água, esgoto e energia (ID)

Meios de Comunicação, Canais e Estratégias de Divulgação e Envolvimento

Meio de Comunicação	Canal	Estratégias de Divulgação e Envolvimento de Partes Interessadas	Partes Interessadas Alcançadas
		<ul style="list-style-type: none"> ● Fortalecimento da gestão democrática. ● Reuniões para gestão das atividades do projeto. ● Reuniões consultivas e deliberativas. 	<ul style="list-style-type: none"> ● IPHAN, Secretaria Estadual de Cultura/MT, SEBRAE, SENAR, SENAI, SEAF, Instituto Natura, Instituto Singularidades, PARC, Instituto Sonho Grande, Fundação Telefônica VIVO, instituições de ensino superior, UFMT, Energisa (II) ● SINTEP, Sindicatos, ONGs, institutos, associações, entidades representativas de estudantes e de profissionais da educação. (ID e II) ● Organização de mulheres indígenas do Mato Grosso. FEPOIMT. Organização dos Professores Indígenas do Mato Grosso. Instituto MAWU. Faculdade Indígena Intercultural (FAINDI) da UNEMAT, Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), CIMI, Departamento de antropologia da UFMT, Associações Quilombolas (ID e II) ● DREs, Unidades de Ensino, Educadores e Gestores (ID e DA) ● Comunidades indígenas, quilombolas e rurais, pessoas com deficiência, mulheres, população pobre e outros grupos vulneráveis (DA) ● Estudantes de Mato Grosso (DA) ● Comunidade em geral (IA)

Meios de Comunicação, Canais e Estratégias de Divulgação e Envolvimento

Meio de Comunicação	Canal	Estratégias de Divulgação e Envolvimento de Partes Interessadas	Partes Interessadas Alcançadas
Formulário Eletrônico	Criar	<ul style="list-style-type: none"> ● Realização de consultas. ● Recolhimento de feedbacks. ● Recolhimento de informações para construção de indicadores. ● Canal de monitoramento e avaliação do projeto junto às partes interessadas. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Conselho Estadual de Educação (ID) ● Fórum Estadual de Educação do Mato Grosso (ID) ● Conselho de Educação Escolar Indígena do Estado de Mato Grosso- CEEI/MT (ID) ● CDCE- Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar (II e IA) ● Organização de mulheres indígenas do Mato Grosso. FEPOIMT. Organização dos Professores Indígenas do Mato Grosso. Instituto MAWU. Faculdade Indígena Intercultural (FAINDI) da UNEMAT, Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), CIMI, Departamento de antropologia da UFMT, Associações Quilombolas (ID e II) ● DREs, Unidades de Ensino, Educadores e Gestores (ID e DA) ● Comunidades indígenas, quilombolas e rurais, pessoas com deficiência, mulheres, população pobre e outros grupos vulneráveis (DA) ● Estudantes de Mato Grosso (DA) ● Comunidade em geral (IA)

Meios de Comunicação, Canais e Estratégias de Divulgação e Envolvimento

Meio de Comunicação	Canal	Estratégias de Divulgação e Envolvimento de Partes Interessadas	Partes Interessadas Alcançadas
Telefone	<p>Número da UGP: criar</p> <p>(65) 36132514 Campo e Quilombola</p> <p>(65) 36136383 Educação Especial</p> <p>(65) 36136336 Educação Indígena</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Diálogo direto. ● Interações com as partes interessadas. ● Convocação para reuniões e atividades do projeto. ● Canal que pode ser utilizado em ações de monitoramento do projeto. 	<ul style="list-style-type: none"> ● BIRD (P) ● Prefeituras (ID) ● Conselho Estadual de Educação (ID) ● Fórum Estadual de Educação do Mato Grosso (ID) ● União dos Dirigentes Municipais de Educação de Mato Grosso – UNDIME/MT (ID) ● Consórcio FGV- DIAN (ID) ● Conselho de Educação Escolar Indígena do Estado de Mato Grosso- CEEI/MT (ID) ● FUNAI, SEMA estadual e municipal, IBAMA, Corpo de Bombeiros, Concessionárias de água, esgoto e energia (ID) ● IPHAN, Secretaria Estadual de Cultura/MT, SEBRAE, SENAR, SENAI, SEAF, Instituto Natura, Instituto Singularidades, PARC, Instituto Sonho Grande, Fundação Telefônica VIVO, instituições de ensino superior, UFMT, Energisa (II) ● SINTEP, Sindicatos, ONGs, institutos, associações, entidades representativas de estudantes e de profissionais da educação. (ID e II) ● Organização de mulheres indígenas do Mato Grosso. FEPOIMT. Organização dos Professores Indígenas do Mato Grosso. Instituto MAWU.

Meios de Comunicação, Canais e Estratégias de Divulgação e Envolvimento

Meio de Comunicação	Canal	Estratégias de Divulgação e Envolvimento de Partes Interessadas	Partes Interessadas Alcançadas
			<p>Faculdade Indígena Intercultural (FAINDI) da UNEMAT, Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), CIMI, Departamento de antropologia da UFMT, Associações Quilombolas (ID e II)</p> <ul style="list-style-type: none"> ● DREs, Unidades de Ensino, Educadores e Gestores (ID e DA) ● Comunidades indígenas, quilombolas e rurais, pessoas com deficiência, mulheres, população pobre e outros grupos vulneráveis (DA) ● Estudantes de Mato Grosso (DA) ● Comunidade em geral (IA)
SIGADOC	<p style="text-align: center;">http://sigadoc.mt.gov.br</p>	<p>Sistema de comunicação entre os órgãos públicos.</p> <p>Sistema de gestão de documentos. SEPLAG MT.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● SEDUC/MT (P) ● Prefeituras (ID) ● FUNAI, SEMA estadual e municipal, IBAMA, Corpo de Bombeiros, Concessionárias de água, esgoto e energia (ID) ● IPHAN, Secretaria Estadual de Cultura/MT, SEBRAE, SENAR, SENAI, SEAF, Instituto Natura, Instituto Singularidades, PARC, Instituto Sonho Grande, Fundação Telefônica VIVO, instituições de ensino superior, UFMT, Energisa (II) ● Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)

Meios de Comunicação, Canais e Estratégias de Divulgação e Envolvimento

Meio de Comunicação	Canal	Estratégias de Divulgação e Envolvimento de Partes Interessadas	Partes Interessadas Alcançadas
DREs	Pontos Focais	<ul style="list-style-type: none"> ● Pontos focais para comunicação direta com as unidades escolares beneficiadas. ● Pontos focais da comunicação SEDUC – unidades escolares. ● Divulgação dos documentos, informações gerais sobre o projeto e notícias relevantes. ● Divulgação de consultas, reuniões e atividades de engajamento das partes interessadas. ● Divulgação de cartilhas, cartazes, panfletos, folders, artes gráficas, fotos, vídeos, boletins, relatórios etc. ● Divulgação dos mecanismos de queixas e dos canais de comunicação. ● Divulgação dos resultados e do andamento do projeto (tanto para as escolas quanto para a SEDUC). ● Comunica a SEDUC sobre as demandas das unidades escolares. 	<ul style="list-style-type: none"> ● SEDUC/MT (P) ● Prefeituras (ID) ● Unidades de Ensino, Educadores e Gestores (ID e DA) ● Comunidades indígenas, quilombolas e rurais, pessoas com deficiência, mulheres, população pobre e outros grupos vulneráveis (DA) ● CDCE- Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar (II e IA)

Meios de Comunicação, Canais e Estratégias de Divulgação e Envolvimento

Meio de Comunicação	Canal	Estratégias de Divulgação e Envolvimento de Partes Interessadas	Partes Interessadas Alcançadas
Entidades de Participação e controle Social	<p style="text-align: center;">Conselho Estadual de Educação</p> <p style="text-align: center;">Fórum Estadual de Educação</p> <p style="text-align: center;">Associações Quilombolas</p> <p style="text-align: center;">Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena ceeimt@edu.mt.gov.br</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Pontos focais de comunicação entre a SEDUC e as diferentes partes interessada. ● Instâncias consultivas e deliberativas. ● Entidades a serem consultadas na preparação de documentos do projeto. ● Entidades a serem consultadas ao longo da implementação do projeto. ● Divulgação de informações ● Divulgação de documentos. ● Convocação para reuniões. ● Envio de materiais. ● Canal de interações e de feedback. ● Campanhas de conscientização. ● Divulgação dos resultados e do andamento do projeto. ● Diálogo direto. ● Divulgação de cartilhas, cartazes, panfletos, folders, artes gráficas, 	<ul style="list-style-type: none"> ● SINTEP, Sindicatos, ONGs, institutos, associações, entidades representativas de estudantes e de profissionais da educação. (ID e II) ● Organização de mulheres indígenas do Mato Grosso. FEPOIMT. Organização dos Professores Indígenas do Mato Grosso. Instituto MAWU. Faculdade Indígena Intercultural (FAINDI) da UNEMAT, Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), CIMI, Departamento de antropologia da UFMT, Associações Quilombolas (ID e II) ● Unidades de Ensino, Educadores e Gestores (ID e DA) ● Comunidades indígenas, quilombolas e rurais, pessoas com deficiência, mulheres, população pobre e outros grupos vulneráveis (DA) ● Estudantes de Mato Grosso (DA)

Meios de Comunicação, Canais e Estratégias de Divulgação e Envolvimento

Meio de Comunicação	Canal	Estratégias de Divulgação e Envolvimento de Partes Interessadas	Partes Interessadas Alcançadas
		<p>fotos, vídeos, boletins, relatórios etc.</p> <ul style="list-style-type: none">• Divulgação dos mecanismos de queixas e dos canais de comunicação.	

Versão preliminar para consulta

4.2.4 ENGAJAMENTO DE GRUPOS VULNERÁVEIS

O projeto contará com ações específicas para engajamento de grupos vulneráveis, oferecendo acessibilidade, material culturalmente adequado, e construindo programas e estratégias visando a permanência desses grupos na rede de ensino e a oferta de uma educação de qualidade, que contemple suas necessidades e demandas.

Alguns desses grupos já são atendidos de forma prioritária pela Superintendência de Diversidades, que possui equipe dedicada a cada uma das modalidades a seguir:

Atividades de Prevenção a Violência Gênero e outras violências para prevenção do abandono escolar:

O Subcomponente 3.2 visa promover a prevenção da violência e a educação inclusiva nas escolas. Este subcomponente apoiará atividades complementares para prevenir a violência e promover a inclusão, em coordenação com as atividades do Subcomponente 1.1 que desenvolverá sistema de alerta para identificar e apoiar alunos com alto risco de abandono, considerando a correlação entre altos níveis de violência escolar e risco de evasão. As intervenções preventivas serão realizadas com uma lente de gênero, com foco na prevenção da Violência de Gênero Relacionada à Escola, violência psicológica, bullying e cyberbullying. As atividades principais incluirão: (i) grupos focais e entrevistas em profundidade para identificar as principais causas da violência nas escolas e coletar sugestões para a implementação do plano de prevenção da violência; (ii) elaboração de kits de atividades para prevenir a violência escolar. O programa terá uma abordagem intercultural para responder às necessidades das escolas indígenas e terá uma abordagem diferenciada para meninas e meninos e suas necessidades específicas. Espera-se que a implementação dessas atividades reduza a evasão entre meninas e meninos vulneráveis e, assim, reduza os impactos econômicos negativos relacionados ao rendimento escolar ao longo da vida.

A abordagem da realização das atividades é altamente participativa por meio dos grupos focais. Em complementação e visando reduzir riscos baixa adesão devido a questões culturais, ideológicas e/ou religiosas serão realizadas as seguintes estratégias: a Sensibilização da comunidade escola (pais e alunos e a realizar pesquisa de adesão/avaliação das propostas e atividades

Educação do Campo:

A Educação do Campo visa garantir a universalização do acesso e permanência com qualidade da população do campo à Educação Básica e à Educação Profissional, consolidando a cidadania.

Missão:

Acompanhar a execução das Políticas Públicas para a Educação no Campo no Estado de Mato Grosso, competindo-lhes: acompanhar e avaliar a implementação da Política Pedagógica e Orientações Curriculares da Educação do Campo do Estado de Mato Grosso; orientar, acompanhar e avaliar a construção do Projeto Político Pedagógico em consonância com as Orientações Curriculares da Educação do campo no Estado de Mato Grosso; entre outros.

A comunicação com essas escolas será feita via CDCEs, por contato direto com as DREs, e-mail e Whatsapp.

Educação Especial

A Educação Especial é uma modalidade de educação escolar oferecida na rede regular de ensino ou em escolas especializadas, para estudantes público- alvo da educação especial na perspectiva da inclusão. A Política da Educação Especial tem como objetivo promover acesso, participação e aprendizagem dos estudantes da educação especial com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais.

No caso da educação especial: o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONED) tem participação na elaboração e acompanhamento das políticas públicas voltadas a esse público. A SEDUC também faz um contato direto com a Federação de MT das APAEs, com a Federação das Pestalozze, com a Associação Mato Grossense da Pessoa com Deficiência (AMDE) e com algumas outras como a Associação dos Cegos. Esse diálogo também é feito por meio da cadeira que a SEDUC tem no Conselho Estadual de Educação, já que muitas políticas públicas voltadas ao público atendido pela educação especial são deliberadas e discutidas lá.

Sendo assim, esse formato de comunicação permanecerá presente para as ações do projeto, assim como continuarão a serem realizados contatos via CDCes, pela DRE, e-mail e Whatsapp.

Educação Quilombola

Tendo em vista as especificidades das comunidades quilombolas (seus afazeres, saberes, tecnologias, histórias e ancestralidades), a Secretaria de Estado de Educação de MT entende a necessidade de uma comunidade escolar que respeite suas características. Portanto, a Política da Educação Escolar Quilombola propõe estratégias pedagógicas para incluir os estudantes no espaço escolar, fortalecer o currículo das escolas quilombolas e desenvolver as habilidades e competências previstas pela BNCC, possibilitando, assim, a construção de um projeto educacional antirracista.

Cada escola quilombola possui uma associação representativa, responsável pelo diálogo com a SEDUC e com a comunidade:

- Barra do Bugres - Associação Quilombola Menino Jesus (Escola José Mariano Bento).
- Chapada dos Guimarães - Associação Itambé (Escola Reunidas de Cachoeira Rica).
- Vila Bela - Associação A cor é Bela /Assorrique/Associação Vale de São José (Escola Verena Leite de Brito).
- Santo Antonio do Leverger - Associação Quilombola de Abolição (Escola Maria de Arruda Muller).
- Nossa Senhora do Livramento - Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico, Cultural, Informativo e Social da Comunidade do Quilombola Mata Cavallo (Escola Tereza Conceição Arruda).

Educação Indígena

A Educação Escolar Indígena é voltada às escolas localizadas em terras habitadas pelas comunidades indígenas, com a garantia do atendimento de ser diferenciada, específica, intercultural e de acordo com a realidade sócio -linguística de cada povo. O termo “Escolar” é utilizado para diferenciar das demais atividades indígenas. Esta modalidade educacional, portanto, não deve ser confundida com a educação indígena tradicional própria de cada etnia, conforme as diferentes culturas e pedagogias.

Nos termos da atual legislação federal, os objetivos da Educação Escolar Indígena são: proporcionar aos indígenas, às suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas, a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências; e garantir o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-indígenas. (LDB, Art. 78).

A Coordenadoria de Educação Escolar Indígena tem como missão o fortalecimento da Política de Educação Escolar indígena em consonância com as políticas educacionais, competindo-lhe: acompanhar e avaliar a Política Pedagógica e as Orientações Curriculares da Educação Escolar Indígena; acompanhar e avaliar a construção do PPP em consonância com as Orientações Curriculares da Educação Escolar Indígena; etc.

A principal estratégia de comunicação da SEDUC com os povos indígenas é o **Conselho de Educação Escolar Indígena do Estado de Mato Grosso- CEEI/MT**: um órgão colegiado consultivo, deliberativo e de assessoramento técnico e pedagógico, com finalidade de promover o desenvolvimento das ações referentes à Educação Escolar Indígena, em todos os níveis e modalidades de ensino, atendendo as legislações específicas. Em sua estrutura de representação social, além dos 30 (Trinta) Conselheiros Indígenas, tem assento no seu colegiado diversas instituições públicas e privadas: UFMT- Universidade Federal de Mato Grosso, CASA CIVIL MT, UNEMAT- Universidade do Estado de Mato Grosso, SEDUC –MT, Secretaria de Estado de Educação do Estado de Mato Grosso. SINTEP MT- Sindicato dos Profissionais da Educação de Mato Grosso, TAKINÃ- Associação de Mulheres Indígenas de Mato Grosso, OPRIMT- Organização dos professores Indígenas de Mato Grosso, CIMI- Conselho Indigenista Missionário, ISA –Instituto Sócio Ambiental de Mato Grosso.

Os membros indígenas representam o seu povo e/ou região. São responsáveis por trazer as demandas das comunidades e socializar as deliberações e encaminhamentos do colegiado sobre as pautas apresentadas. Os conselheiros indígenas residem nas aldeias e são a ponte de contato com as lideranças indígenas (Caciques, Pajés, anciões, etc.). Da mesma forma os representantes não indígenas devem trazer demandas de suas instituições e socializar com o colegiado.

DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES E ENGAJAMENTO COM POVOS INDÍGENAS

Para assegurar o engajamento com Povos Indígenas durante a implementação do Projeto e seu acesso equitativo e sem discriminação aos benefícios do projeto os seguintes métodos serão adotados:

- (a) Divulgação de informações relevantes através dos canais de participação habitualmente utilizados para informação, consulta e resposta a questões e reclamações que estão disponíveis na estrutura organizacional da SEDUC/MT, das Escolas Indígenas de MT e do Conselho de Educação Escolar Indígena.
- (b) Adequação do canal de resposta e resolução de reclamações do Projeto de forma a assegurar que é culturalmente apropriado e acessível aos Povos Indígenas. Identificação e monitoramento das queixas recebidas de pessoas que se auto-identificam como indígenas e de entidades representativas dos Povos Indígenas, utilizando-as como feedback para adaptação das ações apoiadas pelo Projeto que os beneficiem.
- (c) Comunicação direta e reuniões periódicas com o Conselho de Educação Escolar Indígena (CEEI/MT), que será ponto focal na comunicação e divulgação de informações para as comunidades beneficiadas.. O Conselho se reúne no mínimo duas vezes ao longo do

semestre. As ações do projeto poderão ser discutidas e monitoradas nas reuniões do CEEI/MT.

- (d)** O Conselho de Educação Escolar Indígena participará, no mínimo semestralmente, de consultas para monitoramento e feedback sobre as atividades dos projetos e para receber sugestões. Os meios pelos quais as consultas acontecerão serão acordados com os membros do Conselho, de forma que elas estejam acessíveis a todos.
- (e)** As datas das reuniões, pautas, resultados e encaminhamentos das reuniões do CEEI/MT poderão ser divulgados em grupos de WhatsApp, por e-mail, mídias sociais e em outros meios de comunicação acessíveis aos indígenas interessados. Independente das formas definidas para divulgar essas informações aos povos indígenas de forma transparente, essas informações também serão publicizadas no site da SEDUC, na aba referente ao CEEI/MT.
- (f)** Existe um grupo de WhatsApp com todos os diretores das escolas indígenas e colaboradores da SEDUC/MT. Esse é um espaço de diálogo em que os indígenas estão confortáveis em participar. O canal é utilizado tanto para divulgação de informações como para participação dos indígenas nas atividades do projeto.
- (g)** As formas de comunicação serão adaptadas para que as informações cheguem aos povos indígenas de forma acessível e culturalmente adequada. Poderão também ser criadas cartilhas em linguagem didática, assim como vídeos, áudios e outros materiais que forem pertinentes.
- (h)** Poderão ser realizadas reuniões online e presenciais com as lideranças indígenas envolvidas com o projeto. Nesse caso, a SEDUC se responsabiliza por oferecer diárias às lideranças presentes, para custear o transporte e alimentação.
- (i)** As escolas atendidas diretamente pelo projeto poderão receber visitas técnicas periódicas para acompanhamento das obras e das atividades do projeto.
- (j)** Serão oferecidas capacitações às lideranças indígenas que integram os Conselhos, para fortalecer a atuação do CEEI/MT.
- (k)** Entre os critérios de elegibilidade das escolas indígenas a serem atendidas, está a ampla adesão e interesse da comunidade em ser beneficiada pelo projeto. O povo a ser beneficiado precisa conhecer a proposta e as etapas de cada atividade, assim como dar autorização para entrada de trabalhadores do projeto e sua permanência na aldeia.
- (l)** O processo de entrada de trabalhadores na aldeia passará por todo o rito legal necessário, concluído com autorização da FUNAI e da comunidade. É um processo burocrático, com diversas etapas e documentações, buscando a segurança e o respeito ao povo que será atendido.
- (m)** Serão realizadas ações de sensibilização e treinamento dos profissionais e empresas contratadas pelo projeto, visando a desconstrução de preconceitos e estereótipos em relação aos povos indígenas e orientando-os quanto aos protocolos de boa convivência com a comunidade atendida.
- (n)** Em caso de obras, uma liderança da comunidade indígena e um servidor da SEDUC serão pontos focais na comunicação entre os trabalhadores e a comunidade atendida, para que

eles sejam apresentados de forma adequada e respeitosa ao povo beneficiado, evitando resistência dos indígenas.

As ações voltadas aos povos indígenas estão mais detalhadas no Plano de Povos Indígenas.

O Pleno do Conselho se reúne duas vezes por semestre e, extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente ou solicitação de 1/3 (um terço) de seus conselheiros.

4.2.5 ACOMPANHAMENTO, CONTROLE E MONITORAMENTO DA DIVULGAÇÃO

Os mecanismos e elementos do acompanhamento, controle e monitoramento da divulgação do projeto serão realizados de acordo com a descrição abaixo.

- Elaboração semestral da lista das produções e conteúdos jornalísticos, de informação institucional e de utilidade pública do projeto a serem divulgados.
- Relatório semestral de publicação de posts, artes e animação nas redes sociais institucionais da Seduc-MT e do Governo do Estado do Mato Grosso.
- Elaboração semestral da lista de produção fotográfica e de vídeos
- Relatório semestral sobre os indicadores referentes ao site e às mídias sociais: número de acessos, engajamento, alcance, compartilhamentos , etc.
- A SEDUC/MT terá uma equipe responsável pela comunicação, que acompanhará as atividades e registrará tudo conforme descrito neste Plano. Ela também será responsável por elaborar as listas e relatórios citados acima.

5. RECURSOS E RESPONSABILIDADES

Para a implementação de atividades de engajamento das partes interessadas, é prevista a seguinte estrutura de responsabilidades e gestão de recursos.

5.1 RECURSOS

A Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso (SEDUC MT) será responsável por coordenar, monitorar e relatar as atividades gerais do projeto e seus resultados, incluindo as ações de envolvimento das partes interessadas. O orçamento do PEPI será incluído no Componente 4.

As atividades de envolvimento de responsabilidade dos subcomponentes e parceiros serão executadas pelas respectivas equipes e acompanhadas pela equipe de gestão ambiental e social da UGP.

5.2 FUNÇÕES E RESPONSABILIDADES DE GESTÃO

Uma Unidade de Gestão do Projeto- UGP será estabelecida dentro da SEDUC para coordenar, monitorar e relatar as atividades gerais do projeto e seus resultados, entre elas a implementação das atividades do PEPI. A UGP atribuirá um ponto focal dentro de sua estrutura a cada uma das subsecretarias e outros órgãos participantes para permitir uma coordenação e monitoramento mais próximos dos resultados e atividades. Consultores externos serão contratados, conforme a

necessidade, para garantir o suporte essencial à UGP. Protocolos operacionais adicionais serão refinados e acordados durante a fase de preparação do Projeto e serão incluídos em um Manual Operacional do Projeto.

6. MECANISMO DE QUEIXAS

A gestão adequada das queixas relacionadas ao projeto é um dos pilares de sustentação do presente Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI). Para a implementação de atividades de atendimento e gestão de reclamações, serão realizadas as atividades que se seguem.

O principal objetivo do Mecanismo de Queixas do Projeto (GM) é ajudar a resolver queixas e reclamações de maneira oportuna, eficaz e eficiente que satisfaça todas as partes envolvidas.

Especificamente, ele fornece um processo transparente e confiável para desfechos justos, eficazes e duradouros. Também cria confiança e cooperação como um componente integral de uma consulta mais ampla à comunidade que facilita as ações corretivas. De maneira específica, o GM:

- Oferece às pessoas afetadas meios para fazer uma reclamação ou resolver qualquer disputa que possa surgir durante o curso da implementação dos projetos;
- Assegura que ações de reparação apropriadas e mutuamente aceitáveis sejam identificadas e implementadas para a satisfação dos reclamantes; e
- Evita a necessidade de recorrer a processos judiciais.

6.1 PUBLICIZAÇÃO

O mecanismo de queixas será divulgado no site da SEDUC- MT, em espaço próprio do Projeto, contendo as instruções e informações para que as partes interessadas possam acessá-lo. Também será divulgado nas mídias sociais da SEDUC e em materiais/peças de divulgação.

As informações públicas referentes às manifestações recebidas pelo mecanismo de queixas podem ser encontradas no Site Ouvidoria Setorial Seduc.

6.2 DESCRIÇÃO DO MECANISMO DE QUEIXAS

As queixas, reclamações, denúncias e solicitações de reparações de danos poderão ser realizadas, a qualquer tempo, pelos canais a seguir.

Quadro 4. Canais de Recebimento de Reclamações do PADIS- MT

Mecanismo de Recebimento	Canal
<ul style="list-style-type: none"> Site 	www.ouvidoria.mt.gov.br https://ouvidoria.controladoria.mt.gov.br/falecidadao/
<ul style="list-style-type: none"> E-mail 	ouvidoria@controladoria.mt.gov.br
<ul style="list-style-type: none"> Telefone 	0800 6471520, 162 e telefones das Ouvidorias Setoriais Horário de atendimento: de 2ª a 6ª-feira, das 8h às 12h e de 14h às 18h.
<ul style="list-style-type: none"> Na sede SEDUC/MT, presencialmente 	Endereço: Rua Engenheiro Edgard Prado Arze, 215 (Centro Político Administrativo). Segunda à sexta-feira, das 8h às 12h e das 14h às 18h.
<ul style="list-style-type: none"> Via postal 	Endereço: Rua Engenheiro Edgard Prado Arze, 215 (Centro Político Administrativo). CEP: 78049-909
<ul style="list-style-type: none"> Ouv-Zap (aplicativo whatsapp) 	65 98476-6548
<ul style="list-style-type: none"> Aplicativo 	App MT Cidadão

As queixas, reclamações, denúncias e solicitações de reparações de danos poderão ser realizadas de forma anônima pelos diferentes canais, especialmente por telefone e formulário eletrônico disponível no site.

A Ouvidoria Setorial Seduc é parte de uma estrutura em rede de Ouvidorias do Poder Executivo de Mato Grosso, ligada a Controladoria Geral do Estado (CGE), subordinado à Secretaria Adjunta de Ouvidoria Geral e Transparência (SAOGT), cuja função é recepcionar, tratar e dar andamento às demandas da sociedade quanto a prestação dos serviços públicos.

As atividades de Ouvidoria são organizadas sob a forma de rede que é coordenada pela CGE através da SAOGT.

Suas principais funções são:

- Recepção, tratamento e fornecimento de respostas ao cidadão;
- Elaborar estudo e diagnóstico das demandas;
- Encontrar e propor soluções aos problemas identificados e um relatório para o Secretário de Educação;
- Subsidiar dados e relatórios aos gestores, visando ajudar na melhoria dos serviços públicos.

6.3 PROCESSO DE GESTÃO E MONITORAMENTO

A ouvidoria utilizará o filtro “Educa Mais MT/PADIS” nas demandas que tiverem relação com o Projeto durante o processo de recebimento/triagem da demanda. Uma equipe da SEDUC ficará responsável por acompanhar as demandas, garantindo que as que se relacionem com o projeto sejam registradas de acordo com o filtro estabelecido.

As manifestações recebidas por diferentes setores da SEDUC, seja via WhatsApp, mídias sociais ou por outros meios de comunicação, deverão ser registradas pelo profissional que recebeu a manifestação no canal da ouvidoria (<https://ouvidoria.controladoria.mt.gov.br/falecidadao/>), para formalização da interação, melhor atendimento ao cidadão e para garantir um registro completo e robusto das manifestações ocorridas.

A Ouvidoria deve realizar relatórios trimestrais e anuais, este último denominado Relatório Anual Geral, que permitirá aos gestores identificar os principais setores ou produtos que precisam de melhoria para melhor atender ao cidadão.

Estes relatórios descritivos quantitativos apresentam diversas informações, dentre as quais citamos: Número e percentual de demandas não respondidas na periodicidade anual e mensal; número e percentual de respostas dadas aos cidadãos em menos de 30 dias e mais de 30 dias; número e percentual de demandas por tipificação/assunto; originadas por região do país; e quais os principais municípios demandantes.

Os relatórios trimestrais e o relatório anual deverão conter dados estatísticos quanto aos casos concretos e sugestões para eliminação de riscos e suas causas. As sugestões serão monitoradas quanto ao seu cumprimento pelos setores responsáveis

O relatório anual deverá apresentar os dados históricos anuais da secretaria, bem como:

- Análise de recorrência;
- Providências tomadas pela Administração para mitigar as causas.

O relatório anual deverá ser disponibilizado na internet, no site da ouvidoria;

Os relatórios trimestrais serão disponibilizados no Portal da Transparência para a população, contendo recorrência de demandas, entre outras informações relevantes.

6.3.1 PRAZO DE RESPOSTA

O prazo máximo de resposta é de trinta dias corridos, por escrito, ao autor da queixa ou denúncia, detalhando os próximos passos a serem tomados, incluindo a transferência para uma autoridade superior, quando apropriado. Esse prazo é prorrogável por igual período, mediante justificativa expressa encaminhada ao cidadão.

A SAOGT/CGE irá comunicar as demandas em atraso. O acompanhamento e cobrança do atendimento aos prazos de resposta será feito por meio de:

I – Sinalização no sistema Fale Cidadão, a partir do 15º dia sem resposta;

II - E-mail ao Ouvidor Setorial a partir do 30º dia sem resposta;

III - Comunicação à autoridade máxima do órgão ou entidade a partir do 45º dia sem resposta.

6.3.2 VERIFICAÇÃO

Será verificada a fidedignidade das queixas e denúncias, podendo ser acionada, quando necessário, uma Auditoria para apurações.

6.3.3 GESTÃO

As queixas, reclamações, denúncias e demais manifestações serão registradas pelo Projeto, em instrumento a ser especificamente desenvolvido para este fim, com as respectivas informações, data de registro e encaminhamentos. Será constituída uma base de dados para consulta e gerenciamento das manifestações e encaminhamentos.

As mensagens tratadas pelas Ouvidorias Setoriais serão sempre auditadas pela Secretaria Adjunta de Ouvidorias Geral e de Transparência SAOGT, que também poderão ser acessadas como instâncias de apelação e/ou mediação para os casos onde o reclamante não ficou satisfeito com a resposta/resolução recebida.

6.4 PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

O Mecanismo de Queixas incluirá também procedimentos especiais para registrar e responder a preocupações ou queixas relacionadas assédios (sexual, moral) e violência baseada em gênero (VGB) ou contra crianças e idosos (exploração, abuso, agressão, entre outros), sejam essas oriundas de trabalhadores e trabalhadoras do projeto ou de comunidades beneficiárias.

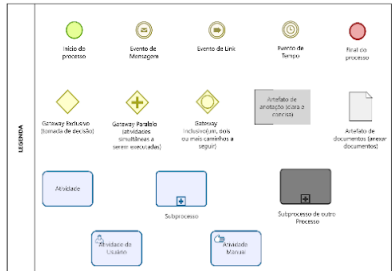
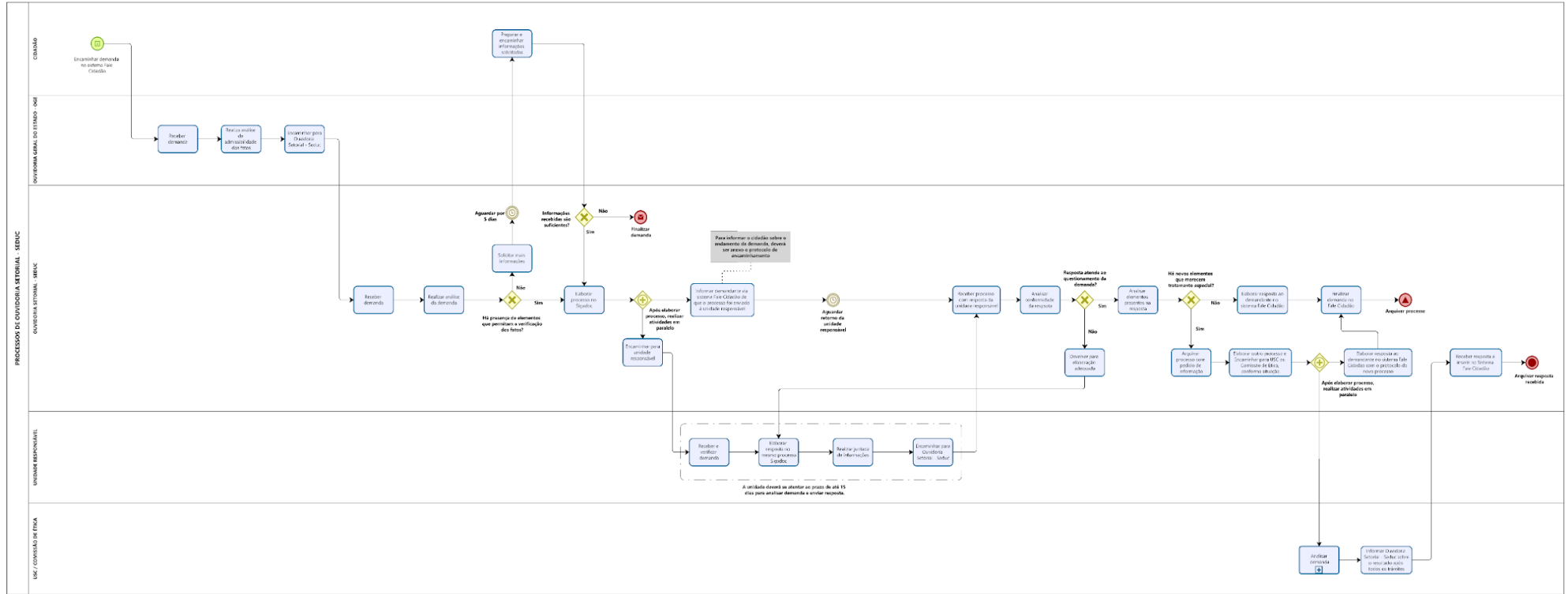
As denúncias e demandas relacionadas à violência baseada no gênero (VBG) ou contra crianças e idosos serão encaminhadas aos serviços de proteção social e assistência nas localidades de ocorrência. Para possibilitar este processo de encaminhamento deste tipo de reclamações, a equipe responsável manterá uma lista atualizada desses serviços.

Os responsáveis deverão garantir que a confidencialidade sobre os casos de denúncia contra violação de direitos seja estritamente protegida. Os editais de licitação e outras aquisições relativas ao Programa deverão incluir penalidades e recursos a serem adotados em casos de assédio, violência baseada em gênero, contra crianças e idosos, de acordo com a legislação nacional.

Fluxo da Ouvidoria Setorial da SEDUC/MT:



Recebimento de Processos de Ouvidoria
 Diretoria de Educação - SEDUC
 Direção de Processos, Qualidade, Cultura de Trabalho
 Brasília-DF
 Data de Emissão: 09/2022
 Data de Revisão: 09/2022



7. MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E RELATÓRIOS

A SEDUC/MT prevê em seu Componente 4 – Capacitação, Monitoramento e Avaliação, a estruturação das iniciativas de monitoramento e avaliação da execução. Dentre essas iniciativas estará a de monitorar o andamento e avaliar os resultados da implementação do PEPI.

7.1. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Com base nas informações de monitoramento e avaliação, o PEPI será periodicamente revisado e atualizado conforme necessário no curso da implementação do projeto, a fim de garantir que as informações apresentadas sejam consistentes e atualizadas, e que os métodos de engajamento identificados permaneçam apropriados e eficazes em relação ao contexto do projeto e as fases específicas do desenvolvimento. Além disso, quaisquer mudanças importantes nas atividades relacionadas ao projeto e em seu cronograma serão devidamente refletidas no PEPI.

7.2. PARTICIPAÇÃO DAS PARTES INTERESSADAS

Dentro do processo de monitoramento e avaliação do Projeto, as partes interessadas serão ouvidas, por meio de coletas de dados primários como entrevistas, questionários, observação, entre outros. Além disso, suas manifestações formais por meio dos canais de queixas e reclamações serão consideradas para os esforços de monitoramento e avaliação do projeto.

A coordenação do Projeto também coletará junto às equipes dos subcomponentes dados para avaliação constante da implementação, resultados, gestão e percepção das pessoas afetadas. Para isso, diferentes estratégias poderão ser utilizadas, tais como uso de formulários eletrônicos, WhatsApp, e-mail e outros meios de comunicação, realização de avaliações durante e após encontros, capacitações, condução de grupos focais e outras metodologias, incluindo o apoio dos pontos focais, para que haja ampla participação nesse processo.

7.3. INDICADORES

Os indicadores de monitoramento e avaliação do Projeto medirão, sistematicamente, os resultados obtidos em termos do atendimento das demandas das comunidades e as opiniões dos beneficiários diretos, incluindo a avaliação do PEPI, dentre outros fatores.

O Projeto incorpora um design orientado para participação e inclui um indicador de feedback do beneficiário na estrutura de resultados: Número de pesquisas de feedback realizadas para avaliar a satisfação do beneficiário. Outros indicadores poderão ser desenvolvidos ao longo do Projeto para melhorar apoiar a SEDUC no monitoramento e avaliação das ações.

Estes indicadores serão medidos e reportados semestralmente por meio de Relatórios de Progresso, incluindo dados desagregados por grupos específicos e vulneráveis.

7.4. RELATÓRIOS

Relatórios semestrais serão preparados pela equipe da Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP) sobre a implementação das atividades previstas no PEPI. Os relatórios conterão informações sobre as atividades de divulgação de informações e engajamento de partes interessadas, número e o teor das interlocuções realizadas por meio de todos os canais especificados neste documento.

7.4.1. APRESENTAÇÃO DE RELATÓRIO ÀS PARTES INTERESSADAS

As partes interessadas serão mantidas informadas à medida que o projeto se desenvolve, a implementação do PEPI, a operação do mecanismo de queixas e os resultados das manifestações recebidas.

As informações sobre as atividades de envolvimento realizadas serão divulgadas para as partes interessadas por meio de um boletim informativo semestral, a ser publicado no site da SEDUC e por outros canais de comunicação do projeto. Poderão ser criados também outros materiais de divulgação, como vídeos, painéis, panfletos virtuais, entre outros.

ANEXO I

Principais emissoras e grupos de rádios – Mato Grosso

As emissoras de rádio que devem ser foco para divulgação do projeto são:

- ✓ Rádio Vila Real Cuiabá 98.3 FM (Do maior player de mídia do Estado – Grupo Gazeta de Comunicação), com emissoras em Cuiabá, Alta Floresta, Poxoréo)
- ✓ Rádio Centro América Cuiabá 99.1 FM (Com rede de emissoras em Cuiabá, Rondonópolis, Sorriso, Cáceres, Aragarças/GO) – Grupo Zahran
- ✓ Rádio CBN Cuiabá 95.9 FM
- ✓ Rádio Conti Cuiabá 103.7 FM (Geradora principal de 14 emissoras no Estado de Mato Grosso): Cuiabá, Cláudia, Carlinda, Confresa, Diamantino, Mirassol D'Oeste, Nova Brasilândia, Paranatinga, Peixoto de Azevedo, Pontal do Araguaia, Pontes e Lacerda, São José do Rio Claro, Terra Nova, Vila Rica.
- ✓ Rádio Capital 101.9 FM
- ✓ Rádio Band Cuiabá 101.1 FM
- ✓ Rádio Band Tangará da Serra 92.1 FM
- ✓ Rádio Cultura Cuiabá 90.7 FM (Do maior player de mídia do Estado)

Principais sites de Mato Grosso

Principais mídias de sites do Estado dada a relevância e público de audiência que devem ser foco da divulgação do projeto são:

- ✓ Olhar Direto – www.olhardireto.com.br
- ✓ Midianews – www.midianews.com.br
Mais antigo do Estado de Mato Grosso
- ✓ Gazeta Digital – www.gazetadigital.com.br
(Do maior player de mídia do Estado)
- ✓ RDNews – www.rdnews.com.br
- ✓ Repórter MT – www.reportermt.com.br
- ✓ G1 Mato Grosso – www.g1.globo.com/mt/mato-grosso
(Grupo Zahran)
- ✓ FolhaMax – www.folhamax.com
- ✓ Capital Notícia – www.capitalnoticia.com.br (Mesmo grupo Rádio Capital 101.9 FM)
- ✓ Leiagora – www.leiagora.com.br (Dispõe de plataforma de streaming)
www.leiagora.com.br/playagora
- ✓ VG Notícias – www.vgnoticias.com.br
(Várzea Grande – 2º maior município de MT em população)
- ✓ HiperNotícias – www.hnt.com.br
- ✓ PNB Online – www.pnbonline.com.br

- ✓ O Livre – www.olivre.com.br
- ✓ Só Notícias – www.sonoticias.com.br – Norte de MT
- ✓ Estadão Mato Grosso – www.estadaomatogrosso.com.br
- ✓ TV Mais News – www.tvmaisnews.com.br
(Grupo da TV Mais/TV Cultura)
- ✓ Diário da Serra – www.diariodaserra.com.br
(Tangará da Serra – 5º maior município de MT)
- ✓ Gazeta MT – www.gazetamt.com.br
(Rondonópolis – 3º maior município de MT)

Principais emissoras de televisão e grupos - MT

As principais emissoras de TV que devem ser foco de divulgação do projeto são:

- ✓ TV Vila Real (Record) canal 10.1 (Do maior player de mídia do Estado – Grupo Gazeta de Comunicação)
- ✓ TV Centro América (TVCA/Globo) canal 4.1 – Grupo Zahran
(Emissoras próprias nos principais e maiores municípios do Estado de Mato Grosso em Cuiabá, Rondonópolis, Sinop, Tangará da Serra)
- ✓ TV Cidade Verde canal 12.1 (independente com 14 emissoras em MT, com cobertura de 80% do Estado nos maiores municípios do Estado em 101 dos 141 municípios): Cuiabá, Rondonópolis, Tangará da Serra, Primavera do Leste e afiliadas em Sinop, Sorriso, Juína, Alta Floresta, Colíder, Nova Mutum, Tapurah, Sapezal, São José do Rio Claro, Porto Velho – RO)
- ✓ TV Pantanal/Rede TV canal 22.1 (Do maior player de mídia do Estado)
- ✓ TV Mais/TV Cultura canal 17.1 – Fundação Padre Anchieta
- ✓ TV universitária/TVU – UFMT canal 2.1
- ✓ TV SBT Cuiabá canal 5.1

Além do foco na mídia TV elencada, há um programa líder de audiência fora das principais emissoras, como o “Resumo do Dia”, líder de audiência no horário noturno, na TV Brasil Oeste – TBO 8.1, entre 20 horas e 22 horas.

